



Prévia da inflação de abril fica em 0,43%, puxada pelos alimentos

Conta de luz terá bandeira amarela em maio, decide Aneel

Página 11

STF condena mulher que pichou estátua a 14 anos de prisão

Página 4

Minha Casa, Minha Vida: Faixa 4 pode contratar a partir de maio

Principal programa habitacional do país, o Minha Casa, Minha Vida foi oficialmente ampliado para a classe média. O Ministério das Cidades publicou, na sexta-feira (25), portaria que estende o programa para famílias que ganham até R\$ 12 mil. Com a medida, os bancos podem começar a oferecer os financiamentos do Minha Casa, Minha Vida pelos novos limites.

A pasta determinou que os novos valores entrem em vigor imediatamente, para os contratos assinados a partir da última sexta. No caso da Faixa 4, a expectativa é que os bancos só comecem a oferecer os empréstimos na próxima semana ou no início de maio, embora já estejam habilitados pela portaria.

A portaria também ampliou os limites para as faixas de renda do programa. Com as mudanças, as faixas do Minha Casa, Minha Vida ficaram as seguintes:

Faixa 1: renda familiar de até R\$ 2.850,00 por mês, com subsídio de até 95% do valor do imóvel;

Faixa 2: renda familiar de R\$ 2.850,01 a R\$ 4,7 mil por mês, com subsídio de até R\$ 55 mil e juros reduzidos;

Faixa 3: renda familiar de R\$ 4.700,01 a R\$ 8,6 mil por mês, sem subsídios, mas com condições de financiamento facilitadas;

Faixa 4: renda familiar de até R\$ 12 mil por mês, com juros de 10,5% ao ano, 420 parcelas e limite de financiamento de até R\$ 500 mil, de imóveis novos e usados.

Os valores anteriores eram os seguintes

Faixa 1: renda familiar de até R\$ 2.640 por mês;

Faixa 2: renda familiar de R\$ 2.640,01 a R\$ 4,4 mil por mês;

Faixa 3: renda familiar de R\$ 4.400,01 a R\$ 8 mil por mês.

Para os imóveis das áreas rurais, os novos limites são os seguintes

Faixa 1: renda bruta familiar de até R\$ 40 mil por ano;

Faixa 2: renda bruta familiar de R\$ 40.000,01 a R\$ 66,6 mil por ano;

Faixa 3: renda bruta familiar de R\$ 66.600,01 a R\$ 120 mil por ano;

Faixa 4: renda bruta familiar de até R\$ 150 mil por ano.

A portaria do Ministério das Cidades ratifica decisão do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que há dez dias aprovou mudanças no programa habitacional. Como a ampliação do programa envolve recursos dos lucros e dos rendimentos do FGTS, foi necessária a aprovação do Conselho Curador.

Com a criação da Faixa 4, os Ministérios das Cidades e do Trabalho e Emprego querem beneficiar até 120 mil famílias apenas este ano. Ao somar todas as faixas do Minha Casa, Minha Vida, o governo espera ampliar para 3 milhões o número de unidades habitacionais financiadas até 2026. (Agência Brasil)

Brasil tem aumento de hospitalizações por Influenza A, alerta Fiocruz



Foto/Paulo Pinto/ABr

No Brasil, 13 estados e o Distrito Federal estão em nível de alerta, de risco ou de alto risco para a incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Nesses locais, a tendência é de crescimento dos casos, considerando o que foi observado nas últimas seis semanas. Em todo o país, houve ainda o aumento das hospitalizações por influenza A, que é o vírus da gripe.

As informações são do último Boletim InfoGripe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado na sexta-feira (26). A análise refere-se ao período de 13 a 19 de abril. Página 4

A prévia da inflação oficial registrou 0,43% em abril, pressionada pelos preços dos alimentos e itens de saúde. O resultado, apurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), representa desaceleração em relação a março, quando ficou em 0,64%.

Em 12 meses, o índice soma 5,49%. Em abril do ano passado, o IPCA-15 marcou 0,21%.

Os dados foram divulgados na sexta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estadística (IBGE).

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, oito apresentam alta, com destaque para o de alimentação e bebidas, que acelerou de 1,09% para 1,14% na passagem de março para abril, respondendo por 0,25 ponto percentual do IPCA-15 deste mês.

O grupo saúde e cuidados pessoais passou de inflação de 0,35% para 0,96% no mesmo período. Os dois grupamentos juntos representam 88% da prévia de inflação do mês. Página 3

Quase metade das declarações de IR já entregues foi pré-preenchida

Página 10

Vacina do HPV está disponível dos 9 aos 19 anos e terá campanha reforçada

Página 2

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,68	Compra: 5,73
Venda: 5,68	Venda: 5,91
EURO	
Compra: 6,46	
Venda: 6,46	

Esporte

Martin retorna para Espanha, mas ainda é incerto o futuro nesta temporada

Por Járccio Baldi

Todo campeão faz parecer que suas conquistas são fáceis, mas não é bem assim. Nessa temporada, até o momento em oito provas, Marc venceu sete, mas numa mínima falha de concentração passou sobre a linha branca na zebra e caiu perdendo a chance de vencer num de seus circuitos preferidos. Piloto de motovelocidade não é como um jogador de futebol que perde o gol e pode se redimir num outro lance, ou um jogador de tênis que pode superar sua falha na mesma partida.

Esforço, concentração, perseverança e resistência são cruciais numa mentalidade vencedora. Um lapso pode custar não só a vitória, mas o título além da própria segurança. Dentre várias situações no Mundial de Motovelocidade duas ficaram fortemente em minha memória. No ano de 1992, Mick Doohan havia vencido cinco das sete primeiras etapas e terminado em segundo nas

outras duas (eram 13 etapas na temporada). Liderava o campeonato com impressionantes 53 pontos de vantagem antes do GP da Holanda, em Assen. O australiano sofreu um acidente na qualificação e quebrou a perna, perdendo os dois últimos sem estar 100% fisicamente. Mesmo assim perdeu o título para Wayne Rainey por quatro pontos. Podemos citar também o ano de 2006 onde bastaria a Valentino Rossi chegar à frente de Nick Hayden na última etapa para ser campeão, mas logo na primeira curva o piloto italiano caiu, voltou, mas não impediu o único título do norte americano.

Quando assistimos às vitórias de Marc Marquez na MotoGP, parece algo muito fácil, o que realmente não é. Nessa semana Scott Redding, um antigo adversário que venceu Marc Márquez quando ambos eram jovens promissores na categoria 125cc do Mundial, deu uma entrevista no podcast "Motorsport Republica" relatando a determinação do octacampeão. Alega-se que Már-



Se Marquez chegar ao pódio será o espanhol com maior número de pódios superando Lorenzo

quez era obcecado pelos dados do incrível piloto Casey Stoner e desenvolveu um estilo de pilotagem inspirado nele. Aparentemente Marc, antes de entrar na categoria principal, estudava incessantemente os dados do australiano. "Marc pilota como o Stoner". "A forma como ele faz curva com a moto, como podemos observar na Curva 3 em Phillip Island por exemplo". "Tenho quase certeza de que ele estudou isso

por meses", disse Redding.

E o britânico continuou: "Certa vez, assisti a um documentário em que Stoner, ainda na 250cc, simplesmente caía, acelerava e caía (sic)". "Ele recusou-se a dizer que a moto não funcionava". "Marc é igual, é por isso que sofreu muitas quedas enormes, pelo desejo de vencer, essa é a mentalidade", disse Scott Redding ao podcast.

O desejo da Honda era ter

Marc e Stoner na mesma equipe, mas o australiano aposentou-se cedo por problemas de saúde, com apenas dois títulos mundiais (um pela Ducati e outro pela Honda). Redding afirmou que não importava ao australiano qual moto pilotar. "Ele parecia não se importar qual moto pilotava", disse. "A maioria dos pilotos, inclusive eu, acha que pode pilotar qualquer moto". "Isso não é bem assim". "Aconteceu comigo na BMW, eu simplesmente achava que conseguiria, mas descobri que não consigo". E prosseguiu: "Stoner? Ele consegue pilotar qualquer tipo de moto", finalizou. Aos olhos de muitos especialistas Marc já é indiscutivelmente melhor do que Stoner, e qualquer outro piloto de MotoGP.

Jorge Martin retornará do Catar nesse final de semana, para continuar seu tratamento médico na Espanha. O evento em Jerez acontece às 10h da manhã do sábado com a "Sprint race" e às 9h da manhã do domingo com a prova principal.

Manu Clauset não sai da pista

Vida de piloto é corrida. Literalmente. Depois de participar da abertura do campeonato da Fórmula Delta no último fim de semana, em Interlagos, no sábado (26) a campineira Manu Clauset (VW Germânica/Liqui Moly/Freios Frum/Raceville/TSO/RCP) estará participando da 3ª etapa da Copa San Marino Fuzzi Açai de Kart, em Paulínia (SP). E no meio da semana ela prestigiará os seus patrocinadores Liqui Moly e Freios Frum, desfilando sua

simpatia e carisma nos estandes da Automec – Feira Internacional de Autopeças, em São Paulo.

"Estas últimas duas semanas estão sendo bem agastadas, pois ainda tenho aulas pela manhã, treinos, etc. Ufa, é corrido, mas adoro tudo isto e quero mais!", comentou a garota de apenas 15 anos de idade, que está próxima de assinar contrato com uma famosa marca feminina com linha de produtos para corpo e banho.

Neste fim de semana Manu Clauset vai voltar ao palco onde

ficou no top 5 do Campeonato Brasileiro de Rotax Júnior Max, e participará da categoria Sprinter num grid de 25 karts. "Adoro kart e é uma oportunidade de me manter na pista, aprimorando meus reflexos, preparo físico e pilotagem. Meus treinos nesta semana foram muito bons e a XRacing aprimorou o acerto do meu Praga Kart para este kartódromo, que acho incrível, e onde dei as minhas primeiras aceleradas", contou Manu, que pela segunda vez foi uma das 16 pilotas seleciona-

das para participar da 3ª edição do FIA Girls on Track Brasil Seletiva de Kart, que será realizada nos dias 10 e 11 de maio, no Kartódromo Aldeia da Serra. "Em minha primeira temporada completa no kartismo, no ano passado, já fiquei em terceiro, muito próxima da vice-campeã, sem ter muita ex-

periência. Agora, com mais experiência e bom conhecimento da pista, quero lutar pelo título", completou a representante de Campinas.

Manu Clauset tem o apoio de VW Germânica, Liqui Moly, Freios Frum, Raceville Speed Club, TSO Brasil e RCP.

Vacina do HPV está disponível dos 9 aos 19 anos e terá campanha reforçada

A vacina contra o HPV (papilomavírus humano) disponibilizada pelo Instituto Butantan no Sistema Único de Saúde (SUS) terá uma campanha reforçada neste ano, conforme anunciado pelo Ministério da Saúde em março. O objetivo é resgatar a imunização de jovens de 15 a 19 anos, que foram incluídos no Calendário Nacional de Vacinação de HPV no ano passado. Antes, o imunizante gratuito só estava disponível para meninas e meninos dos 9 aos 14.

A ação para adolescentes de 15 a 19 anos será realizada em fases, inicialmente nos 120 municípios com os maiores índices de jovens sem vacinação. A meta do

Ministério é vacinar 90% desse grupo, adotando locais estratégicos para as campanhas, como escolas, universidades, shoppings e ginásios esportivos, além dos postos de saúde. No estado de São Paulo, entre os municípios contemplados na estratégia de resgate, estão Bauru, Campinas, Carapicuíba, Cotia, Guarulhos, São Paulo, entre outros.

O HPV é o principal responsável pelo câncer de colo de útero e também causa outros tipos de câncer, como de vulva, vagina, pênis, ânus e orofaringe. A vacina, desenvolvida e aplicada mundialmente há 20 anos, é essencial para prevenir a infecção. O vírus pode ser transmitido não

apenas pela via sexual, mas também por meio do contato direto com qualquer região da pele ou mucosa infectada.

A ampliação da faixa etária veio em conjunto com a adoção da dose única, que substituiu o antigo modelo de duas doses e facilita a adesão do público, além de ampliar a capacidade de imunização. O esquema passou a ser indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) após evidências mostrarem que uma dose pode fornecer proteção equivalente a duas ou três doses em crianças e adolescentes.

No ano passado, o Ministério também incluiu como grupo prioritário pessoas portadoras de papilomatose respiratória recorrente (PRR), condição rara que provoca o crescimento de tumores benignos nas vias respiratórias. Segundo o órgão, estudos demonstram os benefícios da vacina do HPV como tratamento adjuvante para a doença. Também passaram a receber o imunizante pessoas de todas as idades usuárias de PrEP (profilaxia pré-exposição ao HIV).

vírus HPV, categorizados entre baixo risco e alto risco de desenvolvimento de câncer, e a vacina quadrivalente do Butantan protege contra os tipos mais prevalentes (6, 11, 16 e 18). Um dos grandes problemas relacionados a esse vírus é a dificuldade de diagnóstico – muitas vezes, ele não causa sintomas nem lesões aparentes, e pode ficar latente no organismo durante anos.

No mundo, o HPV está presente em cerca de 25% a 50% da população feminina e 50% da masculina. A cada ano, o vírus é responsável por 620 mil casos de câncer em mulheres e 70 mil casos em homens, segundo a OMS. A vacina é a única forma segura e eficaz de prevenir esses cânceres. Para uma proteção mais efetiva, o ideal é receber o imunizante antes do início da atividade sexual, entre os 9 e 14 anos, quando há mais chance de ainda não ter tido contato com o vírus.

Um estudo conduzido no Brasil entre 2018 e 2020 pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Moínhos de Vento de Porto Alegre (RS), analisou a prevalência do HPV no país e a efetividade da vacina na prevenção da infecção. Entre os indivi-

duos não vacinados, a prevalência de HPV geral e de alto risco foi de 58,6%.

Outro dado importante revelado pela pesquisa foi que a taxa de infecção por tipos de HPV contidos na vacina quadrivalente diminuiu entre a primeira fase do estudo (2016-2017) e a segunda (2021-2023). A redução ocorreu tanto em pessoas vacinadas como não vacinadas, mostrando que a vacinação ajuda a reduzir a transmissão do vírus na população.

Nos últimos anos, a cobertura vacinal de HPV em meninas no Brasil sofreu uma queda, de 87% em 2019 para 75% em 2022. Nos meninos, a redução foi de 61,55% em 2019 para 52,16% em 2022. Em 2023, a taxa de vacinação voltou a crescer para 80% no público feminino e 60% no público masculino. Apesar do aumento, os números ainda estão distantes da meta de 90% preconizada pela OMS, necessária para de fato controlar as infecções.

A segurança e eficácia da imunização a longo prazo também já foram comprovadas em outros locais do mundo. Na Suécia, por exemplo, pesquisadores acompanharam durante dez anos mais de 1 milhão de mulheres vacinadas

e não vacinadas contra o HPV, com idades entre 10 e 30 anos. Nas mulheres que não tomaram vacina, foram registrados 538 casos de câncer de colo de útero; já nas vacinadas o número de casos foi de 19.

Quem pode tomar a vacina no SUS

- Crianças de 9 a 14 anos
- Adolescentes de 15 a 19 anos que nunca tomaram a vacina (de acordo com as recomendações de cada município)
- Pessoas com HIV, transplantadas de órgãos sólidos, de medula óssea ou pacientes oncológicos na faixa etária de 9 a 45 anos
- Vítimas de abuso sexual, imunocompetentes, de 15 a 45 anos (homens e mulheres) que não tenham tomado a vacina HPV
- Usuários de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de HIV, com idade de 15 a 45 anos, que não tenham tomado a vacina HPV ou estejam com esquema incompleto (de acordo com esquema preconizado para idade ou situação especial)
- Pacientes com Papilomatose Respiratória Recorrente a partir de 2 anos de idade (Governo de SP)



CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

De um veteraníssimo político: já pensaram se a vidente Mãe Dinah [candidata e perdedora pelo PFL a vereadora em 1996 e falecida em 2014] pudesse dizer o que vai rolar com Bolsonaro e Lula em 2026. O que seria dos atuais videntes da internet e redes sociais?

PREFEITURA (São Paulo)

Já que Collor tá preso [pelo Supremo], vale lembrar que tentou (pelo PRTB) ser candidato a prefeito. Pelo PSDB, o vice-governador Alckmin [atual vice-presidente pelo PSB] só não foi ao 2º turno porque o ex-governador [pela Arena e sucessores] Maluf teve 7 mil votos a mais

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Quem continua rezando [dia e noite] pela recuperação do pai do seu melhor amigo [deputado federal Eduardo Bolsonaro - PL] é o deputado estadual Gil Diniz (PL). Católico apostólico romano, espera que o próximo papa seja alguém que não faça uso da política mundana

GOVERNO (São Paulo)

O cristão católico Tarcísio Freitas (Republicanos) vai seguir em campanha [pela reeleição em 2026]. Tá abalado com a morte do papa Bergoglio, mas não dispensa o apoio e dos votos da igreja Universal [do Edir Macedo] e demais protestantes que nele votaram 2022

CONGRESSO (Brasil)

Compondo a 'romaria' [pra participar do funeral do papa Bergoglio em Roma], tinha até católicos e católicas atuantes nas igrejas de suas cidades e/ou regiões. Em tempo: Alcolumbre [presidente do senado] e Barroso [presidindo o Supremo] são de famílias do judaísmo

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Desde 2023, o PSB [dos donos pernambucanos] tinha fechado questão pela manutenção do ex-governador (São Paulo pelo PSDB) e atual vice-presidente Alckmin, na condição de vice [candidato à reeleição 2026] em chapa pela reeleição do 3º por 4º Lulismo (ainda dono do PT)

PARTIDOS (Brasil)

Eleições 2026: o PP (ex-Arena) + o União (PSL que foi do Bolsonarismo em 2018) e fundiu-se com o DEM (ex-PFL também saído da Arena) tão fechando uma federação [votar juntos durante 4 anos]. Já o PSDB + Podemos tão fechando fusão [junção dos 2 num novo partido]

JUSTIÇAS (Brasil)

Collor tá preso [na Polícia Federal] por ordem do ministro Alexandre (Supremo). O ex-presidente, cassado em 1992, foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro [via derivação da Lava-Jato / Petrobrás]. Tá com 75 anos e pegou quase 9 anos de inicial regime fechado

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Mas chegastes a universal assembleia e igreja dos primogênitos, que estão inscritos nos céus, e a Deus, o Juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados" Hebreus 12:23

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR
Jornalista Responsável: Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Gráfica Pana

Por que se vacinar

Existem mais de 200 tipos de

Prefeitura mantém matrículas online abertas para quem não concluiu o Ensino Fundamental

A Prefeitura mantém as matrículas abertas o ano inteiro para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para quem ainda não concluiu o Ensino Fundamental. As matrículas, sob responsabilidade de Secretaria Municipal de Educação, podem ser realizadas online ou diretamente na unidade. É possível consultar os endereços clicando aqui.

O cadastramento pela internet pode ser feito no Sistema EOL (Escola Online) Cidadão nas modalidades de EJA Regular, EJA Modular e CIEJAs. Ao preencher o cadastro é possível indicar uma unidade de preferência. De acordo com a disponibilidade de vagas, o candidato é encaminhado para a unidade mais próxima do endereço indicado.

São cinco formas de atendimento para a EJA:

Regular – oferecida nas escolas da Rede Municipal em período de 4 horas;

CIEJAs (Centros Integrados da Educação de Jovens e Adultos) – funcionam de manhã, tarde e à noite com aulas de 2 horas e 15 minutos;

EJA Modular – oferecida nas escolas com 5 horas-aulas diárias no período noturno;

Movimento de Alfabetização de São Paulo – MOVA/SP – oferecido em entidades conveniadas com a SME

Centros Municipais de Capacitação e Treinamento – CMCT – oferecem cursos básicos profissionalizantes em duas unidades na zona leste no Itaim Paulista e em São Miguel Paulista

Além disso, em 2024 a SME aderiu ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, política pública desenvolvida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em parceria com governos e prefeituras que visa, en-

tre outros pontos, superar o analfabetismo, elevar a escolaridade e ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino.

Por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), do MEC, a proposta contempla também a formação para docentes da EJA. As formações ocorrem de maneira virtual e ficam disponíveis no canal do MEC no YouTube.

"Fazer parte desta parceria com o MEC reflete o empenho do município de São Paulo em seu principal objetivo, que é avançar a aprendizagem e a alfabetização", diz Isabella Sanches, da MoveCentroSP, em nota. Inaugurada em 1940, a galeria surgiu com a dupla função de ser um espaço cultural e servir como ligação subterrânea entre a Praça do Patriarca e o Vale do Anhangabaú, com saída abaixo do Viaduto do Chá. Depois da degradação sofrida ao longo da década de 1970, o local passou a abrigar postos administrativos de órgãos públicos e, no início dos anos 2000, chegou a fazer parte do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Desde 2021, a galeria

E para ampliar as oportunidades, uma parceria entre a SME e o SESI transformou 20 CEUs em polos da Nova EJA e EJA Profissionalizante voltadas para jovens e adultos a partir de 18 anos que não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Médio na idade apropriada. As aulas são oferecidas 80% no formato à distância em plataforma virtual que pode ser acessada 24h por dia, e 20% em encontros presenciais.

Na modalidade profissionalizante é possível escolher cursos de qualificação profissional, entre eles: Almojarife, Assistente de RH, Assistente de Controle de Qualidade, Controlador e Programador de produção, Costureiro sob medida, Desenhista de Moda, Inspetor de Qualidade e Operador de Computador. Mais informações em: <https://www.sesisp.org.br/educacao/nova-eja> (Prefeitura de SP)

Galeria Prestes Maia vai abrigar Mostra CULTrua

Depois de ficar por anos abandonada, a Galeria Prestes Maia, no centro de São Paulo, vai retomar sua vocação de abrigar mostras e exposições. A partir desta sexta-feira (25), a galeria subterrânea, que faz ligação entre a Praça do Patriarca e o Vale do Anhangabaú, abrigará a primeira edição da Mostra CULTrua.

Na exposição, chamada de Movimento CULTrua, serão apresentadas mais de 70 obras de 46 artistas que tiveram como inspiração as ruas da cidade.

"O centro de São Paulo é um museu a céu aberto que comprova como o clássico e o contemporâneo convivem em harmonia e têm em comum expressar, por meio da arte, as transformações

históricas, sociais, estéticas e políticas. A Mostra CULTrua é mais do que uma exposição, é uma ação cultural de ocupação urbana", destacou o artista plástico Marcelo Gemmal, um dos curadores do evento e que também terá suas obras mostradas na exposição.

Além dele, a mostra conta com obras de artistas como Carolina Itzá, Gil Motta, Marcelo Theodoro, Nadia Starikoff e Simone Siss, entre outros.

O evento é realizado pelo Núcleo de Ação e Cultura da Associação MoveCentroSP, em parceria com o Novo Anhangabaú e Positive Foundation.

"Alguns artistas convidados fazem homenagem clara à cidade, facilmente perceptível em

suas obras. Outros trazem as ruas na inspiração como um impulso, e é interessante acompanhar como um mesmo ponto de partida leva à criatividade por diferentes caminhos e interpretações", diz Isabella Sanches, da MoveCentroSP, em nota.

Inaugurada em 1940, a galeria surgiu com a dupla função de ser um espaço cultural e servir como ligação subterrânea entre a Praça do Patriarca e o Vale do Anhangabaú, com saída abaixo do Viaduto do Chá. Depois da degradação sofrida ao longo da década de 1970, o local passou a abrigar postos administrativos de órgãos públicos e, no início dos anos 2000, chegou a fazer parte do Museu de Arte de São Paulo (Masp). Desde 2021, a galeria

está sob administração da concessionária que assumiu a gestão do Vale do Anhangabaú

A galeria é dividida em três partes: um subsolo, com acesso ao Vale do Anhangabaú; um mezanino, onde está o espaço expositivo Salão Almeida Júnior; e o térreo, com acesso à Praça do Patriarca. Em 1955, ela ficou conhecida por ser o primeiro lugar público de São Paulo a receber escadas rolantes.

Até hoje o local abriga importantes esculturas de Victor Brecheret e uma réplica do artista Michelangelo, produzida pelo Liceu de Artes e Ofícios.

A exposição fica em cartaz até o dia 29 de maio e tem entrada gratuita, funcionando das 10h às 22h. (Agência Brasil)

Procon-SP faz audiência pública sobre impactos da fusão entre a Azul e a Gol aos consumidores

A Fundação Procon-SP, em parceria com o Grupo de Estudos de Concorrência e Relações de Consumo da FDRP/USP (Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto), realiza no próximo dia 16 de maio uma audiência pública para discutir os possíveis impactos que a fusão das empresas Azul e Gol terá para os consumidores.

Na ocasião, serão debatidos temas que podem gerar impactos para os consumidores, como consequência da operação anunciada entre a Gol e a Azul. E será uma oportunidade para ouvir representantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, acadêmicos e demais interessados em relações de consumo.

Com a audiência, será possível identificar e mapear as situações passíveis de impacto, como o direito à informação e à comunicação precisa aos consumidores acerca do processo de fusão; garantia de inalterabilidade das passagens aéreas já adquiridas pelos consumidores de ambas as empresas, nos próximos meses e até a efetiva prestação do serviço; manutenção dos programas de fidelidade das respectivas companhias, nos termos das adesões.

Serão abordados ainda a previsibilidade de rotas e destinos que serão modificados ou excluídos por ambas as empresas ou quando a nova empresa, resultante da fusão, iniciar suas ativi-

dades, além de outros impactos do Memorando de Entendimento (MoU) apresentado pelas empresas Azul e Gol.

Todos os interessados estão convidados a participar, por meio de inscrição, e as manifestações serão objeto de apreciação e encaminhadas às autoridades e entidades envolvidas na temática.

Os interessados em apresentar Manifestação Oral durante a audiência deverão se inscrever até as 18h do dia de 10 de maio de 2025, através deste link.

Cada participante terá 5 minutos de livre manifestação, prorrogáveis por mais 3 minutos, com o intuito de facultar a participação do maior número de pessoas.

As Manifestações por Escrito sobre o tema podem ser apresentadas tanto por quem participou da audiência como por quem não participou, até as 18h do dia 22 de maio.

Após a Audiência, Procon-SP e o Grupo de Estudos de Concorrência e Relações de Consumo da FDRP/USP encaminharão para o Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, como contribuição para a análise da fusão, que será analisada pelo órgão. O objetivo é que o ponto de vista dos usuários seja também considerado pelos conselheiros do CADE, para que a operação aconteça sem prejuízos aos consumidores. (Governo de SP)

Prévia da inflação de abril fica em 0,43%, puxada pelos alimentos

A prévia da inflação oficial registrou 0,43% em abril, pressionada pelos preços dos alimentos e itens de saúde. O resultado, apurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), representa desaceleração em relação a março, quando ficou em 0,64%.

Em 12 meses, o índice soma 5,49%. Em abril do ano passado, o IPCA-15 marcou 0,21%.

Os dados foram divulgados na sexta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, oito apresentam alta, com destaque para o de alimentação e bebidas, que acelerou de 1,09% para 1,14% na pas-

sagem de março para abril, respondendo por 0,25 ponto percentual do IPCA-15 deste mês.

O grupo saúde e cuidados pessoais passou de inflação de 0,35% para 0,96% no mesmo período. Os dois grupamentos juntos representam 88% da prévia de inflação do mês.

Confira a variação e os impactos dos grupos na prévia de inflação de abril:

Alimentação e bebidas: 1,14% (0,25 ponto percentual)

Saúde e cuidados pessoais: 0,96% (0,13)

Despesas pessoais: 0,53% (0,06)

Vestuário: 0,76% (0,04)

Comunicação: 0,52% (0,02)

Artigos de residência:

0,37% (0,01)

Habitação: 0,09% (0,01)

Educação: 0,06% (0)

Transportes: -0,44% (-0,09)

Alimentos e saúde

No grupo alimentos e bebidas, a alimentação no domicílio, que tinha subido 1,25% em março, passou para alta de 1,29% em abril. As maiores pressões vieram do tomate (32,67%), café moído (6,73%) e do leite longa vida (2,44%).

Já a alimentação fora do domicílio subiu (0,77%), acelerando ante março, quando tinha ficado 0,66% mais alta. Os impactos principais em abril vieram do lanche (1,23%) e da refeição (0,50%).

O grupo saúde e cuidados

pessoais teve forte influência dos itens higiene pessoal (1,51%) e produtos farmacêuticos (1,04%). No fim de março, o governo autorizou o reajuste de até 5,09% nos preços dos medicamentos. Os planos de saúde encareceram 0,57%.

Transportes

Os transportes, único grupo que teve deflação (queda de preços) entre as prévias de março e abril, foi influenciado pelo preço das passagens aéreas, que recuaram 14,38%, representando alívio de 0,11 ponto percentual no IPCA-15. Esse foi o maior impacto negativo de todo o índice.

Os combustíveis também apresentaram um refresco para o

bolso dos brasileiros, com redução média de 0,38% nos preços. Houve variação negativa do etanol (0,95%), gás veicular (0,71%), óleo diesel (0,64%) e gasolina (0,29%).

Prévia x IPCA

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo: 3% em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de

referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta foi de 18 de março a 14 de abril.

Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários-mínimos. Atualmente o mínimo é de R\$ 1.518.

O IPCA-15 coleta preços em 11 localidades do país (as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, Belo Horizonte, do Recife, de São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.); e o IPCA, 16 localidades (inclui Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju). O IPCA cheio de abril será divulgado em 9 de maio. (Agência Brasil)

Trabalhador pode trocar dívidas mais caras do consignado para CLT

Desde a sexta-feira (25), os trabalhadores com empréstimo consignado ou crédito direto ao consumidor (CDC) podem migrar essas dívidas para o Crédito do Trabalhador, que fornece o recurso a trabalhadores com carteira assinada com juros mais baixos. As 70 instituições financeiras habilitadas no programa já estão autorizadas a oferecer a troca diretamente em seus aplicativos e sites.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a migração ainda não está disponível na Carteira de Trabalho Digital.

Nessa etapa, a portabilidade do crédito só pode ser feita no mesmo banco onde o empréstimo foi contratado.

A troca só é vantajosa nos casos em que o consignado para CLT, lançado há um mês, tenha juros mais baixos que as linhas de crédito contratadas pelo trabalhador. Em média, o CDC tem juros em torno de 7% a 8% ao mês. No programa Crédito do Trabalhador, as taxas estão um pouco acima de 3% ao mês, com alguns bancos cobrando 1,6% ao mês.

Segundo a medida provisória que lançou o Programa Crédi-

to do Trabalhador, a redução dos juros na troca de dívida é obrigatória. Para fazer o procedimento, o trabalhador contrata um empréstimo consignado pelo Crédito do Trabalhador e quita a dívida anterior. Caso tenha margem consignável, pode pedir um novo crédito.

A obrigatoriedade da redução das taxas de juros para a troca de dívidas vale por 120 dias, até 21 de julho, conforme a medida provisória. Além disso, o banco pode oferecer diretamente aos seus clientes a opção de migrar para o Crédito do Trabalhador com as

taxas reduzidas. Se o trabalhador não achar as condições vantajosas, ele pode optar pela portabilidade para outra instituição financeira.

Próximas etapas

Para o início de maio, está prevista a portabilidade entre bancos diferentes. Com a medida, o trabalhador pode transferir o CDC ou o empréstimo consignado para outra instituição financeira que ofereça juros mais vantajosos.

A troca de dívidas e a concessão de novos empréstimos

serão geridas pela Dataprev. O Ministério do Trabalho e Emprego monitora diariamente as taxas de juros e o perfil dos tomadores de crédito.

A portabilidade automática de dívidas vale apenas para CDC ou empréstimos consignados tradicionais. No entanto, o trabalhador também pode contratar a linha do Programa Crédito do Trabalhador para quitar débitos no cheque especial ou no cartão de crédito. Nesses casos, será necessário primeiramente renegociar a dívida antes de contratar o empréstimo para quitá-la.

Até as 17h de quinta-feira (24), informou o Ministério do Trabalho, foram liberados R\$ 8,2 bilhões em empréstimos no Programa Crédito do Trabalhador. Ao todo, foram firmados 1.510.542 contratos, beneficiando 1.478.711 trabalhadores.

O valor médio por contrato corresponde a R\$ 5.491,66, com média de 16 parcelas e prestação média de R\$ 335,51. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná são os estados com maior volume de concessões pelo novo programa. (Agência Brasil)

Mensagens falsas prometem ressarcimento de descontos a aposentados

Golpistas estão aproveitando as investigações feitas pela Operação Sem Desconto para prejudicar ainda mais aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o Ministério da Previdência Social, há relatos de pessoas recebendo mensagens por diversos meios, prometendo ressarcimento dos descontos ilegais feitos pelas entidades investigadas pela Polícia Federal e pela Con-

troladoria Geral da União.

O alerta divulgado na sexta-feira (25) pelo ministério orienta as pessoas a não acessarem "link enviado por e-mail, aplicativo de mensagem, ou outro meio, informando sobre ressarcimento de descontos de mensalidades associativas".

A denúncia foi feita por segurados que estariam sendo abordados por "golpistas com a oferta de agilizar o recebimento

dos atrasados descontados pelo INSS", acrescentou.

Devolução

Segundo a pasta, os valores descontados no mês de abril ficarão retidos e serão devolvidos na folha de maio, que vai de 26 de maio a 6 de junho.

"O ressarcimento dos valores relativos a mensalidades não reconhecidas pelos beneficiários, descontados antes de abril des-

te ano, serão avaliados por um grupo da Advocacia Geral da União, que estudará a melhor forma de devolver o dinheiro", diz a nota.

Como os descontos foram suspensos, os segurados não precisam solicitar o cancelamento. Também não é necessário ir até uma agência do INSS.

Operação Sem Desconto

A Operação Sem Desconto

foi deflagrada na quarta-feira (23), com o objetivo de aprofundar as investigações sobre um esquema de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões do INSS.

Estão sendo apuradas irregularidades cometidas por organizações da sociedade civil que cobravam, sem autorização de pensionistas, uma "mensalidade associativa". Só entre 2019 e 2024, a movimentação total ficou

em cerca de R\$ 6,3 bilhões.

A mensalidade associativa é uma contribuição que aposentados, pensionistas ou pessoas de uma determinada categoria profissional pagam, periodicamente, para fazer parte de uma associação, sindicato ou entidade de classe sem fins lucrativos que represente os interesses de seus membros do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). (Agência Brasil)

Marina quer avançar debate sobre justiça climática



Foto/Fabio Rodrigues-Pozzoni/ABr

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva disse, na sexta-feira (25), esperar um avanço no debate sobre justiça climática durante a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, marcada para ocorrer entre os dias 6 a 9 de maio, em Brasília. O evento, precedido de etapas municipais, estaduais e livres, deve reunir cerca de três mil pessoas.

A temática da justiça climática é um dos cinco eixos que serão debatidos na conferência e parte do entendimento de que a crise climática atinge mais fortemente populações vulnerabilizadas, agravando as desigualdades sociais no país.

"É um princípio basilar da conferência, tratar da ideia de justiça climática, onde possamos ter um processo de transição que seja justo, sobretudo para aqueles que são mais vulnerabilizados, as mulheres, as comunidades periféricas, as pessoas pretas, as pessoas LGBTQIA+, os povos indígenas, as populações

tradicionais", defendeu a ministra durante evento para tratar da conferência, em Brasília.

Os outros eixos da conferência são: mitigação, adaptação e preparação para os desastres, transformação ecológica e governança e educação ambiental. Antes da realização da etapa nacional, foram realizadas 439 conferências municipais, 179 intermunicipais, que mobilizaram 1.759 municípios e 287 conferências livres em todos os estados.

Serão 1.501 delegados, dos quais 56% mulheres e 65% de pessoas negras e pardas. As conferências estaduais definiram 20 propostas, cinco de cada eixo, como prioritárias para o debate nacional. Ao final, do encontro devem ser escolhidas 100 propostas que ajudarão a construir, de forma participativa as políticas do país para o meio ambiente.

"A gente colocou em jogo a capacidade de acreditar, criando e viabilizando as articulações com estados municípios e a sociedade, com diferentes segmentos,

para que a gente tivesse essa quantidade de municípios envolvidos", detalhou Marina.

Entre os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para mitigar as mudanças climáticas está a redução nas emissões dos gases de efeito estufa em 470 milhões de toneladas até 2025, consideradas as emissões registradas em 2020. Para 2030, a meta é reduzir as emissões do país a 1,2 bilhão de toneladas de carbono e alcançar a neutralidade das emissões até 2050.

"Estamos vivendo uma situação de emergência climática no planeta com o agravante de fenômenos e de problemas que se quer temos condições de mensurar neste momento", apontou a ministra. "É preciso dar um desdobramento que vai nas agendas de adaptação, de mitigação de educação ambiental", continuou.

Segundo o ministério, as emissões de gases do efeito estufa, decorrentes do desmatamento, é o que impacta na presença do Brasil entre os maiores poluidores do planeta. Apesar de o país ter registrado uma queda de 50% nos alertas de desmatamento na Amazônia em 2023, o desmatamento no Cerrado aumentou 43%, segundo os alertas registrados entre janeiro e dezembro. Esse cenário mostra que o país ainda precisa de muito trabalho para atingir a meta assumida desmatamento zero em 2030.

"Estamos fazendo um esforço muito grande [para reduzir o desmatamento]. Você tem uma

largada em que você consegue uma diminuição mais potente, depois fica mais difícil você manter o processo de desmatamento", reconheceu a ministra que disse ainda estar buscando formas de intensificar o combate ao desmatamento.

Entre as questões apontadas está a transição na matriz energética, especialmente a atrelada ao uso de combustíveis fósseis e a agropecuária, segunda maior fonte de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, sobretudo por conta do processo digestivo do gado, chamado de fermentação entérica, que lança metano na atmosfera, mas também devido ao uso de fertilizantes nitrogenados. A ampliação de áreas protegidas, na forma de Unidades de Conservação também é uma medida necessária para proteger a vegetação nativa.

"O desafio da transformação ecológica é também criar um novo ciclo de prosperidade, que seja compatível com o desafio que a humanidade está vivendo, sobretudo buscando soluções baseadas na natureza, produtos e materiais baseados na natureza. A gente precisa entender que só vamos ter uma resposta mais eficaz se ficarmos apegados a nossa maneira de fazer. É preciso mudar nossa maneira de ser", afirmou. "Temos o desafio de fazer a transição justa e planejada para o fim dos combustíveis fósseis", acrescentou.

COP30

A ministra também abordou a 30ª Conferência das Partes

(COP30) da Convenção do Clima, que ocorrerá em novembro, em Belém. Na conferência, os países devem apresentar novos compromissos para 20235 para mitigar as mudanças climáticas. Entre elas, está evitar o aumento de 1,5 graus Celsius (°C) na temperatura global.

O Brasil já se comprometeu a neutralizar as emissões de gases de efeito estufa até 2050, o que significa que as emissões não poderão superar o volume de

gases que o país consegue capturar da atmosfera.

"Que a COP30 seja a COP para implementar aquilo que já foi decidido nos últimos 30 anos, quando decidimos que não vamos ultrapassar 1,5°C de temperatura da terra", exortou Marina que criticou ainda a guerra tarifária promovida pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. "Não favorece o financiamento climático, a cooperação e a solidariedade", disse. (Agência Brasil)

Coaf alerta para golpistas se passando por servidores do órgão

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão federal responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil, esclarece que seus servidores não entram em contato com cidadãos para solicitar dados ou informações sobre movimentações financeiras, nem para colaborar com suposta investigação em curso.

O órgão registrou relatos de cidadãos que receberam documentos supostamente emitidos pelo Coaf oferecendo ajuda em processos no órgão, mas informou que não emite qualquer tipo de "carta de reconhecimento" ou documento similar.

"Alertamos também que o Coaf não participa de qualquer tipo de 'monitoramento' por WhatsApp, seja diretamente ou em suposta 'parceria' com a Polícia Federal ou qualquer ou-

tro órgão, nem faz solicitações de transferência de quaisquer valores, muito menos com ameaça de 'retenção' de quem quer que seja", explica o Coaf.

Também foram registrados relatos sobre o recebimento de supostos documentos que atribuiriam ao órgão a responsabilidade pelo bloqueio, retenção ou liberação de recursos financeiros.

"Essas informações também não procedem, pois o Coaf não tem atribuição legal e não é responsável pelo bloqueio ou pela liberação de bens ou valores de qualquer natureza".

O Coaf recomenda que as ocorrências do gênero sejam denunciadas na plataforma Fala.BR, sem prejuízo de eventual registro dos casos junto às autoridades policiais. (Agência Brasil)

Brasil tem aumento de hospitalizações por Influenza A, alerta Fiocruz

No Brasil, 13 estados e o Distrito Federal estão em nível de alerta, de risco ou de alto risco para a incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Nesses locais, a tendência é de crescimento dos casos, considerando o que foi observado nas últimas seis semanas. Em todo o país, houve ainda o aumento das hospitalizações por influenza A, que é o vírus da gripe.

As informações são do último Boletim InfoGripe da Funda-

ção Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado na sexta-feira (26). A análise refere-se ao período de 13 a 19 de abril.

De acordo com o boletim, os estados com as maiores incidências de SRAG são Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

A alta geral de casos de SRAG, segundo o boletim, tem sido ala-

vancada, principalmente, pelo o aumento das hospitalizações de crianças pequenas por conta do vírus sincicial respiratório (VSR) e, em menor volume, de crianças mais velhas e adolescentes até 14 anos com rinovírus.

O boletim também chama atenção para o aumento das hospitalizações por influenza A no agregado nacional. O estado do Mato Grosso do Sul apresenta um cenário mais crítico, com incidência muito alta de hospitalizações pela doença.

Nas quatro últimas semanas epidemiológicas, a prevalência entre os casos positivos de SRAG viral foi de 56,9% de vírus sincicial respiratório, 25,5% de Rinovírus, 15,7% de Influenza A, 3,9% de SARS-CoV-2 (covid-19) e 1% de influenza B.

Entre as mortes registradas com testes positivos para as doenças respiratórias, 35,7% estavam com SARS-CoV-2 (covid-19), 30,4% com Influenza A, 16,1% com Rinovírus, 10,1% com vírus sincicial res-

piratório e 3,6%, Influenza B.

Orientações

A pesquisadora do Programa de Processamento Científico da Fiocruz e do InfoGripe Tatiana Portella ressalta que esse cenário serve como alerta para que a população intensifique as medidas de prevenção, combatendo o aumento de casos graves por alguns vírus de transmissão respiratória.

Portella reforça ainda a importância da vacinação contra a in-

fluenza e indica o uso de máscaras em locais fechados ou com maior aglomeração de pessoas e dentro dos postos de saúde aonde a situação for mais preocupante.

Para quem apresentar sintomas de doenças respiratórias, a orientação é adotar a chamada etiqueta respiratória que inclui cobrir o nariz e a boca com lenços de papel ao tossir ou espirrar; evitar abraços, aperto de mão e beijos; não compartilhar copos, utensílios e toalhas; e, lavar as mãos com frequência. (Agência Brasil)

Lula presta homenagem ao papa Francisco em velório no Vaticano

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve, na sexta-feira (25), na Basílica de São Pedro, no Vaticano, para prestar homenagem ao papa Francisco, que morreu na segunda-feira (21).

“Que sua sabedoria, coragem e compaixão sigam iluminando os corações de todos nós”, escreveu, em publicação nas redes sociais.

Lula estava acompanhado da primeira-dama, Janja Lula da Sil-

va, da ex-presidente Dilma Rousseff, do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do presidente da Câmara, Hugo Motta, além de outros ministros de Estado e parlamentares que compõem a comitiva presidencial brasileira.

“Eu e Janja estivemos em comitiva na Basílica de São Pedro, em Roma, na nossa primeira des-

pedida ao papa Francisco, compartilhando a emoção e a devoção com todos que vieram prestar as merecidas homenagens ao Santo Padre”, escreveu o presidente Lula.

A comitiva desembarcou na sexta-feira em Roma, para participar do funeral do papa Francisco, marcado para este sábado (26).

Aos 88 anos de idade, o argentino Jorge Mario Bergoglio,

seu nome de batismo, morreu de um acidente vascular cerebral (AVC), seguido por coma e colapso cardiovascular irreversível. Ele apresentava histórico clínico de insuficiência respiratória aguda, pneumonia multimicrobiana bilateral, bronquiectasias múltiplas, hipertensão arterial e diabetes tipo 2.

O presidente Lula decretou luto oficial de 7 dias pela morte do papa e, em mensagem, desta-

cou o papel do pontífice na luta pela paz mundial, na propagação do amor, no combate à intolerância e às desigualdades.

Ritos

O funeral e a missa de corpo presente de Francisco estão previstos para as 10h (horário local; 5h em Brasília) deste sábado. Os ritos marcam o início do Novendiaes, antiga tradição de 9 dias de luto e orações em sufrágio

pela alma do pontífice.

Na sequência, o caixão será levado para a Basílica de Santa Maria Maior, que fica fora do Vaticano, onde o corpo será sepultado, conforme pedido do pontífice. O papa Francisco tinha o hábito de rezar no santuário mariano antes e depois de cada viagem.

Após os nove dias de luto, o Vaticano começa o conclave, para escolha do novo líder da Igreja Católica. (Agência Brasil)

Medidas de saúde mental no trabalho começam de forma educativa em maio

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) decidiu iniciar a partir de 26 de maio, em caráter educativo, uma norma com diretrizes sobre saúde mental no ambiente de trabalho.

A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) prevê um tempo de adaptação até 2026. O ministro Luiz Marinho explica que, depois desse período, as empresas podem ser multadas caso descumpram as novas regras.

“Durante esse primeiro ano,

será um processo de implantação educativa, e a atuação pela Inspeção do Trabalho só terá início em 26 de maio de 2026”, explicou o ministro.

A pasta decidiu adiar em um ano a possibilidade de multa depois de dialogar com representantes das bancadas de trabalhadores e empregadores. A implementação da norma será acompanhada por uma Comissão Nacional Tripartite Temática, com participação de repre-

sentantes do governo, das entidades sindicais e do setor empresarial.

Segundo o diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do MTE, Rogério Araújo, será publicado um manual com orientações técnicas detalhadas sobre os procedimentos e aspectos regulamentados em até 90 dias. Ele trará esclarecimentos sobre dúvidas comuns e visa coibir a atuação de profissio-

nais que possam se aproveitar da desinformação.

A nova medida também passará a incluir os fatores de risco psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO). Esses fatores deverão constar no inventário de riscos ocupacionais, ao lado dos riscos físicos, químicos, biológicos, de acidentes e ergonômicos.

O MTE explica que os fatores psicossociais no trabalho são situações que, quando não

bem conduzidas, podem prejudicar a saúde mental, física e social dos trabalhadores. Exemplos incluem metas impossíveis de cumprir, excesso de trabalho, assédio moral, falta de apoio dos chefes, tarefas repetitivas ou solitárias, desequilíbrio entre o esforço e a recompensa, além de locais com falhas na comunicação.

O ministério lançou um guia para orientar empregadores e trabalhadores sobre como identi-

ficar, avaliar e controlar esses riscos. São exemplos, instruções e perguntas frequentes para facilitar a aplicação das novas regras. A publicação destaca a importância de colaboração entre todos os envolvidos e do uso de metodologias eficazes.

O ministério diz que o acompanhamento dessas ações deve contar com a participação dos trabalhadores, para que seja avaliada a eficácia das medidas. (Agência Brasil)

STF condena mulher que pichou estátua a 14 anos de prisão

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou na sexta-feira (25) a 14 anos de prisão a cabelereira Débora Rodrigues dos Santos, acusada de participar dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e de pichar a frase “Perdeu, mané” na estátua A Justiça, localizada em frente ao edifício-sede da Corte.

A condenação a 14 anos por cinco crimes foi obtida pelos votos dos ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, Flá-

vio Dino e Cármen Lúcia. Cristiano Zanin votou pela condenação a 11 anos, e Luiz Fux aplicou pena de um ano e seis meses de prisão.

Com o fim do julgamento, a cabelereira está condenada pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Após a publicação da deci-

são, a defesa de Débora poderá recorrer da decisão. Ela está em prisão domiciliar.

Divergência

O julgamento foi suspenso no mês passado por um pedido de vista do ministro Luiz Fux, que devolveu o caso para julgamento.

Na manifestação proferida hoje, Fux votou pela condenação a um ano e seis meses de prisão somente pelo crime de deteriora-

ção de patrimônio tombado. O ministro absolveu a acusada dos crimes contra a democracia.

“O que se colhe dos autos é a prova única de que a ré esteve em Brasília, na Praça dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023 e que confesadamente escreveu os dizeres “Perdeu, Mané” na estátua já referida”, justificou o ministro.

Após o voto de Fux, Moraes publicou um adendo ao seu voto para reafirmar que ela participou

dos atos golpistas e também deve ser condenada pelos crimes contra democracia, não só pela depredação.

Segundo Alexandre de Moraes, Débora confessou que saiu do interior de São Paulo, veio para Brasília e ficou acampada em frente do quartel do Exército para participar dos atos golpistas.

“Débora Rodrigues dos Santos buscava, em claro atentado à democracia e ao estado de direito, a realização de um golpe de

Estado com decretação de intervenção das Forças Armadas”, afirmou o ministro.

Defesa

No início do julgamento, os advogados afirmaram que receberam o voto do ministro Alexandre com “profunda consternação”. Segundo a defesa, o voto pela condenação a 14 anos de prisão é um “marco vergonhoso na história do Judiciário brasileiro”. (Agência Brasil)

Prazo para pedir isenção da inscrição do Enem é ampliado para 2 de maio

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou para o dia 2 de maio o prazo para que os interessados solicitem a isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2025. O período se encerraria na sexta-feira (25).

Estudantes do Pé-de-Meia e do 3º ano de escolas públicas estão entre o público apto a pedir a isenção da taxa.

A mudança de data também valerá para as justificativas de ausência no Enem 2024. Quem não compareceu aos dois dias de Enem em 2024 precisa justificar as faltas, caso queira participar da edição de 2025 gratuitamente.

Os períodos previstos para recursos e resultados referentes à isenção e às justificativas estão mantidos. O resultado da solicitação de isenção será divulgado no dia 12 de maio e o período de recursos para quem tiver o pedido negado será entre 12 e 16 de maio. O resultado final dos recursos sairá em 22 de maio.

A aprovação do pedido de isenção não garante a participação no exame. O Inep destaca que mesmo com a gratuidade da taxa, os interessados deverão realizar a inscrição no Enem 2025 posteriormente, em data a ser definida em futuro edital a ser publicado pelo MEC. (Agência Brasil)

Gilmar Mendes suspende julgamento de Collor e leva caso a plenário

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu na sexta-feira (25) o julgamento sobre o referendo da decisão do ministro Alexandre de Moraes que determinou a prisão do ex-presidente Fernando Collor.

Mendes fez um pedido de destaque do julgamento, que ocorre de forma virtual. Dessa forma, a decisão do caso será transferida para a sessão presencial do plenário. A data para retomada da análise do caso ainda será definida.

Apesar do adiamento, a decisão que determinou a prisão continua válida.

Antes da suspensão do julgamento, quatro dos 11 ministros do STF votaram para man-

ter a decisão de Moraes. Além do próprio ministro, os votos foram proferidos por Flávio Dino, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso.

Cristiano Zanin está impedido de participar do julgamento por ter atuado como advogado em processos da Operação Lava Jato antes de chegar ao Supremo.

Na quinta-feira (24), Moraes determinou a prisão do ex-presidente para dar início ao cumprimento da condenação a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um dos processos da Lava Jato.

Em 2023, Collor foi condenado pelo STF. Conforme a condenação, o ex-presidente e ex-sena-

dor, como antigo dirigente do PTB, foi responsável por indicações políticas para a BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras, e recebeu R\$ 20 milhões em vantagens indevidas em contratos da empresa. Segundo a denúncia, os crimes ocorreram entre 2010 e 2014.

Ao determinar a prisão, Moraes entendeu que os recursos da defesa de Collor para derrubar a condenação são protelatórios para evitar a condenação.

“A manifesta inadmissibilidade dos embargos, conforme a jurisprudência da Corte, revela o caráter meramente protelatório dos infragentes, autorizando a certificação do trânsito em julgado e o imedi-

ato cumprimento da decisão condenatória”, decidiu o ministro.

Em nota à imprensa, a defesa de Collor disse que recebeu a decisão com “surpresa e preocupação”.

“A defesa do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello recebe com surpresa e preocupação a decisão proferida na data de hoje, 24/04/2025, pelo ministro Alexandre de Moraes, que rejeitou, de forma monocrática, o cabível recurso de embargos de infragentes apresentado em face do acórdão do Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos da AP 1025, e determinou a prisão imediata do ex-presidente”, declarou a defesa. (Agência Brasil)

Dimensa

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	569.516	629.248	579.209
Garantias de investimentos	16	514	291	514
Contas a receber de clientes, líquidas	7	28.866	22.780	33.080
Tributos a recuperar		10.115	12.232	12.663
Outros ativos		4.923	3.345	1.182
		613.934	671.896	630.648
				695.759
Não circulante				
Garantias de investimentos	16	30.915	14.373	30.915
Contas a receber de clientes, líquidas	7	29	403	29
Ativo fiscal diferido	8,2	10.312	12.271	10.312
Depósito judicial		22	-	22
Outros ativos	17,1	122	248	136
		41.400	27.295	41.414
				27.320
Investimentos	10	159.816	116.376	-
Imobilizado	11	5.962	5.809	7.485
Intangível	12	121.899	52.643	273.260
		329.077	202.123	322.159
				182.867
Total do ativo		943.011	874.019	952.807
				878.626

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Obrigações sociais e trabalhistas	13	21.786	20.528	28.838
Obrigações		6.245	4.587	6.844
Obrigações fiscais	14	4.745	2.778	6.248
Arrendamentos	15	888	478	900
Obrigações por aquisição de investimentos	16	10.285	32.582	10.285
Comissões a pagar		65	65	65
Dividendos a pagar	19	2.271	-	2.271
Outros passivos		445	1.255	879
		46.730	62.208	56.333
				66.815
Não circulante				
Arrendamentos	15	1.094	1.123	1.094
Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais	17	752	-	947
Obrigações por aquisição de investimentos	16	63.070	23.180	63.070
Passivo fiscal diferido	8,2	350	350	350
Outros passivos		6.546	8.232	6.544
		71.812	32.885	72.005
				32.885
Patrimônio líquido	18			
Capital social		123.384	123.384	123.384
Reserva de capital		578.746	578.746	578.746
Reservas de lucros		122.339	76.796	122.339
		824.469	778.926	824.469
				778.926
Total do passivo e do patrimônio líquido		943.011	874.019	952.807
				878.626

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de Reais)						
	Controladora		Consolidado		Reservas de lucros	Patrimônio líquido
	2024	2023	2024	2023		
Em 01 de janeiro de 2023						
Aumento de capital			56.139	-	-	56.139
Aumento de capital com créditos de acionistas			11.106	-	-	11.106
Dividendos aprovados em assembleia			-	-	(6.082)	(6.082)
Juros sobre capital próprio	19	-	-	-	(41.692)	(41.692)
Lucro líquido do período			-	-	78.973	78.973
Constituição de reservas	19	-	-	-	(37.281)	-
Em 31 de dezembro de 2023			123.384	578.746	66.559	778.926
Dividendos aprovados em assembleia	19	-	-	-	(2.271)	(2.271)
Lucro líquido do período			-	-	47.814	47.814
Constituição de reservas	19	-	-	-	(45.543)	-
Em 31 de dezembro de 2024			123.384	578.746	109.711	824.469

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. **Informações gerais** - A Dimensa S.A. ("Controladora", "Dimensa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Desembargador Euclides da Silveira, nº 232, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 1.2. **Operações** - A Companhia e suas controladas têm por objetivo prover soluções de gestão para o setor financeiro, fintechs e corretoras de seguro, através de amplo portfólio de soluções para (i) processamento e controle de middle e back-office, (ii) plataforma de soluções de core banking voltada a pequenos e médios bancos, (iii) plataforma de processamento e gestão para operações de cartões private label, além de (iv) plataforma de soluções de análise, automação e monitoramento para o mercado de crédito e de seguros.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. **Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de abril de 2025, após recomendação do Comitê de Auditoria em reunião realizada no dia 15 de abril de 2025. 2.2. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. 2.3. **Base de consolidação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre ela. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação. **Perda de controle** - Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas deixam de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Investidas	Sede	paço	Atividade principal	% de Participação	
				2024	2023
Credit Core Tecnologia de Crédito Ltda. ("Vadu") (i)	BRA	Direta	Operação de software	-	100,00%
Cobu Consulting & Business Ltda. ("Cobu") (i)	BRA	Indireta	Operação de software	-	100,00%
RBM Web - Sistemas Inteligentes Ltda. ("RBM Web")	BRA	Direta	Operação de software	100,00%	100,00%
Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda. ("Quiver Desenvolvimento") (ii)	BRA	Direta	Operação de software	100,00%	-
Quiver Soluções de Tecnologia Ltda. ("Quiver Soluções") (ii)	BRA	Indireta	Operação de software	100,00%	-

(i) Em 1 de fevereiro de 2024, a controlada direta Vadu e a controlada indireta Cobu foram incorporadas pela Dimensa, pelo acervo líquido de R\$18.144,6 e R\$2, respectivamente. Estas empresas foram avaliadas por peritos que emitiram os laudos de avaliação contábil do patrimônio líquido na data base de 31 de dezembro de 2023. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela Dimensa. (ii) Empresas adquiridas em 2024 conforme nota 4; Todos os saldos e transações entre as controladas foram eliminados na consolidação. Para fins de comparação dos resultados consolidados entre 2024 e 2023, devem ser consideradas as datas de aquisição de cada subsidiária. Dessa forma, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não contemplam os resultados das adquiridas Quiver Desenvolvimento e Quiver Soluções que passaram a ser consolidadas a partir da data de suas respectivas aquisições. 2.4. **Resumo das práticas contábeis materiais** - A seguir, apresentaremos um resumo das práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Mensuração do valor justo** - A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela liquidação de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 — *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 — *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças **c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos Financeiros** - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, conforme divulgado na nota 7. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado** - Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e saldos bancários, garantia de investimentos e contas a receber de clientes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, a Companhia e suas controladas avaliam se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - nota 3; e • Contas a receber de clientes - nota 7. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. (ii) **Passivos Financeiros** - Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao

seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e obrigações por aquisição de investimentos. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado; e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrários e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil concedidos e contrários, sujeitos a juros. Para mais informações, veja a nota 15. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia e suas controladas designaram algumas obrigações por aquisição de investimento (nota 16) de passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (ii) **Compensação de instrumentos financeiros** - Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (ver nota 12, 2). **e) Arrendamentos** - A Companhia e suas controladas, aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início do arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento e incluem pagamentos fixos e variáveis, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. O passivo de arrendamento da Companhia e suas controladas está apresentado na rubrica de "Arrendamentos" (nota 15). **f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Os ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo são calculados e somente registrados se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **g) Intangíveis e Ágio** - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle ativo relação) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Combinação de negócios e Ágio** - A Companhia e suas controladas usam o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (compra vantajosa), a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa, uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Pesquisa e desenvolvimento** - Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para redução do valor recuperável. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para uso-**h) Receitas e despesas** - As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas segregam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: **Receita de software recorrente** - A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos e simultaneamente em seu próprio mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. A Companhia e suas controladas atizam os gastos de remuneração variável dos vendedores para obtenção de contratos pagos na venda de subscrição de software e amortizam este custo com base no tempo médio de permanência dos clientes. **Receita de software não recorrente** - A receita de software não recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento. (i) Taxa de licenciamento é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes à licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e suas controladas. (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Em milhares de Reais)						
	Controladora		Consolidado			
	2024	2023	2024	2023		
Receita operacional líquida	22	224.191	188.457	284.564	237.384	
Custos de software	23	(98.360)	(84.364)	(125.372)	(88.423)	
Lucro bruto		125.831	104.093	159.192	148.961	
Recargas (despesas) operacionais						
Pesquisa e desenvolvimento	23	(52.470)	(41.504)	(58.680)	(48.662)	
Despesas comerciais e de marketing	23	(20.456)	(13.713)	(21.476)	(19.305)	
Provisão para perda esperada		(3.589)	(648)	(3.860)	(11.027)	
Despesas gerais e administrativas	23	(42.164)	(29.778)	(52.482)	(45.215)	
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas	23	87	(11.122)	86	(11.601)	
Lucro antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e tributos sobre o lucro		10.267	7.328	22.680	23.151	
Recargas financeiras	24	59.459	73.369	59.892	73.507	
Despesas financeiras	24	(16.191)	(7.137)	(16.759)	(7.419)	
Resultado da equivalência patrimonial	10,2	6.685	11.072	-	-	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		60.220	84.632	65.813	89.239	
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(10.446)	(11.939)	(16.039)	(16.546)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(1.				

das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) Reconhecimento de receita: julgamentos relacionados à identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia e suas controladas concluíram que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) Prazo de arrendamento: a Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. **3.2. Estimativas e premissas** - As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: (i) **Provisão para perdas esperadas das contas a receber** - a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota 7. (ii) **Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativo** - uma perda por redução do valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa estão detalhadas na nota 12.2. (iii) **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros** - quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puder ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. (iv) **Impostos diferidos** - ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para maiores detalhes ver nota 8.2. (v) **Provisão para contingências** - a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na nota 17. (vi) **Recicla de serviços não recorrentes** - o reconhecimento das receitas de serviços de implementação e customização de softwares requer o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A Companhia e suas controladas reavaliam estas estimativas periodicamente e replanejam as margens por contrato sempre que necessário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisaram suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4. Reestruturações societárias: 4.1 Combinação de negócios - Aquisição da Quiver - Em 1 de fevereiro de 2024, a Dimensa celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição de 100% do capital social da Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda.. O valor pago à vista foi no montante de R\$113.083, que inclui o valor retido de R\$15.000 para eventuais indenizações. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições. No mercado desde 1992, a Quiver atende seguradoras, corretoras e bancos para vendas e gestão de apólices. Seu portfólio é dividido em software para corretoras de seguros e de benefícios, soluções de cálculos e de vendas de dados. A seguir apresentamos o resumo do valor justo da data da aquisição da contraprestação transferida da transação apresentada acima:

	Quiver
Em milhares de Reais	
Pagamento à vista	98.083
Contraprestação contingente	11.384
Valor de parcelas retidas	15.000
Total da contraprestação	124.467
Análise do fluxo de caixa da aquisição	Quiver
Valor pago à vista	98.083
Valor retido em garantia	15.000
(Caixa) líquido adquirido da controlada	(2.846)
Fluxo de caixa líquido da aquisição	110.237
Ativos identificáveis adquiridos e Goodwill - A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024:	
Valor justo preliminar	Quiver
<i>Data Base de aquisição</i>	<i>1/02/2024</i>
Ativo Circulante	6.369
Caixa e equivalente de caixa	2.946
Contas a receber	2.299
Outros ativos circulantes	1.224
Ativo não circulante	74.525
Imobilizado	983
Software	15.594
Carteira de clientes	51.934
Ágio	6.014
Passivo circulante	10.474
Obrigações sociais e trabalhistas	3.963
Outros passivos	6.511
Passivo não circulante	1.337
Ativos e passivos líquidos	69.083
Valor pago à vista	98.083
Parcela de longo prazo (ii)	26.384
Ágio na Operação	55.384

(i) Os pagamentos de longo prazo foram trazidos a valor presente para a data de aquisição. O ágio apurado de R\$55.384 compreende o valor dos benefícios econômicos oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia e suas controladas. As contraprestações contingentes foram registradas ao valor justo na data de aquisição e estão sendo apresentadas na nota 16. Nas demonstrações financeiras consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a empresa adquirida contribuiu com uma receita líquida consolidada de R\$46.235 e um lucro líquido de R\$9.035, considerando o período após cada a data de aquisição mencionada acima. Caso essas aquisições tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2024, a Administração estima que a contribuição na receita líquida consolidada seria de R\$49.982 e o lucro líquido de R\$9.583. O custo de transação envolvendo as aquisições destas empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$1.268, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas. **4.2 Incorporação de empresa** - Em 1 de fevereiro de 2024, a controlada direta Vadu e a controlada indireta Cobu foram incorporadas pela Dimensa, pelo acervo líquido de R\$18.446 e R\$2, respectivamente. Estas empresas foram avaliadas por perfis que emitiram os laudos de avaliação contábil do patrimônio líquido na data base de 31 de dezembro de 2023. As variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela Dimensa.

5. Instrumentos financeiros dos ativos e passivos financeiros: 5.1. Análise dos instrumentos financeiros - É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Nota	Classificação por categoria	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	resultado	577.312	643.095
Caixa e equivalentes de caixa	6	Custo amortizado	1.897	1.861
Garantias de investimentos		Custo amortizado	31.429	14.664
Contas a receber, líquidas	7	Custo amortizado	33.109	30.367
Instrumentos Financeiros Ativos			643.747	689.987
Contas a pagar e fornecedores		Custo amortizado	9.183	4.955
Obrigação por aquisição de investimentos	16	Valor justo por meio do resultado	23.300	23.161
Obrigação por aquisição de investimentos	16	Custo amortizado	50.055	32.601
Outros passivos		Custo amortizado	122	103
Passivos financeiros			82.660	60.820

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Garantias de investimentos, contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Obrigação por aquisição de investimentos, inclui pagamentos contingentes de combinação de negócios e seu valor justo é estimado com base na performance das operações aplicadas aos múltiplos definidos em contrato (nota 16). **5.2. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por contas a receber e a pagar, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) **a) Ativos financeiros** - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 10,83% ao ano e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras consolidadas	578.450	Redução	10,83%	8,12%	5,42%
Receita financeira estimada		CDI	62.646	46.970	31.352

5.3. Mudanças no passivo de atividade de financiamento - Os passivos decorrentes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrentes de atividade de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Itens que não afetam caixa					
	2023	Fluxo de caixa de financiamento (i)	Adição/(Baixa)	Juros incorridos	Combinação de negócios	2024
Arrendamento mercantil (Nota 15)	1.601	(1.477)	1.149	70	651	1.994
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 19)	3	-	7.097	-	-	7.100
Total	1.604	(1.477)	8.246	70	651	9.094

	Itens que não afetam caixa					
	2022	Fluxo de caixa de financiamento (i)	Adição/(Baixa)	Juros incorridos	Integralização de capital	2023
Empréstimos (Nota 15)	60	(50)	-	93	-	1.601
Arrendamento mercantil (Nota 15)	2.056	(548)	-	-	-	1.601
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 19)	5.024	(41.693)	47.778	-	(11.106)	3
Total	7.130	(42.291)	47.778	93	(11.106)	1.604

(i) Contempla os juros pagos alocados no fluxo de caixa das atividades operacionais. **5.4. Gestão de riscos financeiros** - Os principais riscos financeiros que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a) Risco de Liquidez:** A liquidez do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia e suas controladas reforçam o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela, a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado		
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)

Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	6.844	-	-
Arrendamentos	968	968	161
Obrigações por aquisição de investimentos	12.723	8.914	35.898
Outros passivos	879	4.645	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	4.952	-	-
Empréstimos e arrendamentos	548	1.097	91
Obrigações por aquisição de investimentos	29.114	-	19.804
Outros passivos	1.748	5.761	-

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e outras obrigações. Normalmente, a Companhia e suas controladas garantem que tenham caixa à vista suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como por exemplo desastres naturais. A Companhia e suas controladas têm acesso a uma variedade suficiente de fontes de financiamento, caso necessário. **b) Risco de Crédito** - Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. Com relação ao risco de crédito associado às instituições

financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou superior ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, observado, que, no caso de aplicação em fundos de investimento, a referida classificação será substituída pela classificação "Grau de Investimento", atribuída pela ANBIMA, cuja alocação dos recursos deve ser, exclusivamente, em títulos públicos e/ou crédito privado bancário, nesse último caso, limitado a 15% do PL do Fundo. O valor alocado em cada emissor, exceto UNICÃO Títulos Públicos Federais, não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido do emissor ou fundo de investimento. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito em que cada novo cliente tem a sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e condições normais de pagamento. Para as contas a receber da Companhia e suas controladas, a carteira de clientes é bastante diversificada, com baixo nível de concentração e estabelece uma estimativa de provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos. **c) Risco de Mercado** - Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **d) Operações com derivativos** - A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos financeiros nos períodos apresentados.

5.5. Gestão de capital - O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições de rating e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, recompra de ações, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures. A Companhia e suas controladas compõem a estrutura de dívida líquida da seguinte forma: obrigações por aquisição de investimentos, deduzindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos.

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Obrigações por aquisição de investimentos (Nota 16)	73.355	55.762
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(569.516)	(629.248)
(-) Garantias de investimentos (Nota 16)	(31.429)	(14.664)
Dívida líquida	(527.590)	(588.150)
Patrimônio líquido	824.469	778.926
Patrimônio líquido e dívida líquida	296.879	190.776

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Disponibilidades	649	915
Equivalentes de caixa	568.867	628.333
Fundo de investimento	567.729	627.533
CDB	753	800
Outros	385	-
Total	569.516	629.248

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia e suas controladas concentram seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia e suas controladas são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 10,28% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (93,99% em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber de clientes: A seguir apresentamos os montantes a receber:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
33.549	24.086	38.184
64	54	65
33.613	24.140	38.249
(4.718)	(957)	(5.140)
28.895	23.183	33.109
28.866	22.780	33.080
29	403	29

A movimentação da provisão para perdas esperadas das contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
33.549	24.086	38.184
64	54	65
33.613	24.140	38.249
(4.718)	(957)	(5.140)
28.895	23.183	33.109
28.866	22.780	33.080
29	403	29

Saldo inicial

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
3.589	648	3.960
(12)	(71)	(234)
-	-	5
184	115	-
4.718	957	5.140

7.1. Contas a receber de clientes por vencimento - A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
22.422	17.926	27.061
5.313	3.618	5.313

Títulos vencidos

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
de 1 a 30 dias	466	903
de 31 a 60 dias	372	410
de 61 a 90 dias	227	407
de 91 a 180 dias	567	298
de 181 a 360 dias	2.283	330
Acima de 361 dias	1.963	248
Contas a receber bruto	33.613	24.140
(-) Provisão para perda esperada (i)	(4.718)	(5.140)
Contas a receber líquido	28.895	23.183

(i) A provisão para perda esperada, em 31 de dezembro de 2024, está líquida da baixa pela realização da perda registrada em contrapartida do contas a receber no valor de R\$12 (R\$71 em 31 de dezembro de 2023) para a controladora e R\$234 (R\$165 em 31 de dezembro de 2023) para o consolidado. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes de software em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas serem diluídas em quantidade e também pelos diversos segmentos de atuação. Em geral, a Companhia e suas controladas não requerem garantias sobre as vendas a prazo.

8. Tributos sobre o Lucro: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulada, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **8.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
60.220	84.632	65.813
(20.475)	(28.775)	(22.376)
3.764	5.045	-
4.140	4.500	4.140
-	14.175	-
-	-	155
(105)	(946)	(105)
190	218	227
80	124	(40)

11. Imobilizado: O imobilizado da Companhia e suas controladas é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros a seguir:

	Controladora	Benfeitorias em imóveis arrendados	Direito de uso	Outros	Total do imobilizado
Computadores e equipamentos eletrônicos	970	1.528	8	15	6.032
Adições	2.017	2.354	-	3	4.430
Incorporação de controlada	471	-	-	-	493
Baixas	(12)	(1.492)	-	-	(1.513)
Saldos em 31/12/2023	3.446	2.390	8	40	9.442
Adições	748	798	2	3	2.933
Incorporações	249	-	109	5	363
Baixas	(220)	(892)	(109)	(5)	(1.233)
Saldos em 31/12/2024	4.223	2.296	10	43	11.505
Depreciação	(496)	(473)	-	(5)	(2.472)
Depreciação do exercício	(458)				



	Software	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Controladora		Ágio	Total do intangível
				Ativos de desenvolvimento (I)	Outros (II)		
Amortização do exercício	(3.029)	-	(1.404)	(17)	(198)	-	(4.648)
Incorporações	(3.269)	-	(1.245)	-	-	-	(4.514)
Saldos em 31/12/2024	(9.030)	-	(4.184)	(1.729)	(584)	-	(15.527)
Valor líquido	6.860	-	11.947	5.575	789	96.728	121.899
Saldos em 31/12/2023	4.242	-	6.616	161	987	40.637	52.643
Taxa média ponderada de amortização anual	10,92%	-	6,14%	20%	14,39%	-	-
Vida útil média (em anos)	5 a 20	-	10 a 19	5	7	-	-

	Software	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Consolidado		Ágio	Total do intangível
				Ativos de desenvolvimento (I)	Outros (II)		
Custo	23.239	6	17.981	1.712	1.375	145.374	189.687
Adições	-	6	-	161	-	-	167
Combinação de negócios	(3.551)	-	1.331	-	(12.206)	(14.226)	(14.226)
Provisão para impairment	-	-	-	-	(15.102)	(15.102)	(15.102)
Baixas	-	-	-	-	(2)	(2)	(2)
Saldos em 31/12/2023	19.688	12	19.312	1.873	1.373	118.066	160.324
Adições	-	-	-	5.431	-	-	5.431
Combinação de negócios	17.275	-	52.413	-	-	61.398	131.086
Baixas	-	(12)	-	-	-	-	(12)
Saldos em 31/12/2024	36.963	-	71.725	7.304	1.373	179.464	296.829
Amortização	(2.674)	-	(1.263)	(1.675)	(188)	-	(5.800)
Amortização do exercício	(4.128)	-	(1.815)	(37)	(198)	-	(6.178)
Saldos em 31/12/2023	(6.802)	-	(3.078)	(1.712)	(386)	-	(11.978)
Amortização do exercício	(4.910)	-	(4.306)	(17)	(198)	-	(9.431)
Combinação de negócios	(1.681)	-	(479)	-	-	-	(2.160)
Saldos em 31/12/2024	(13.393)	-	(7.863)	(1.729)	(584)	-	(23.569)
Valor residual	23.570	-	63.862	5.575	789	179.464	273.260
Saldos em 31/12/2023	12.886	12	16.234	161	987	118.066	148.346
Taxa média ponderada de amortização anual	10,92%	-	6,14%	20%	14,39%	-	-
Vida útil média (em anos)	5 a 20	-	10 a 19	5	7	-	-

(I) A amortização de desenvolvimento totalizou R\$5.431 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$161 em 31 de dezembro de 2023), correspondente, em sua grande maioria, a projetos voltados ao plano estratégico da Companhia e suas controladas. A amortização dos ativos de desenvolvimento se inicia quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está disponível para uso ou venda;

(ii) Contempla, basicamente, direito de não concorrência oriundos de alocação de preço de compra das combinações de negócios;

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

12.1. Movimentação do Ágio - A seguir apresentamos a composição dos ágios em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	2022	Combinação de negócios	Provisão impairment	2023	Combinação de negócios	2024
UGC Quiver	-	-	-	61.398	61.398	-
UGC Dimensa	145.374	(12.206)	(15.102)	118.066	-	179.464
Total	145.374	(12.206)	(15.102)	118.066	61.398	179.464

12.2. Análise do valor recuperável de ativos - As unidades geradoras de caixa ("UGCs") da Companhia são definidas a partir da visão de negócio que a Administração tem sobre seus negócios, levando em consideração as aquisições de empresas ao longo do ano. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia testou a UGC Dimensa. Para fins de teste de impairment, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia e suas controladas, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. A partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: • **Taxa de desconto** - representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas de cada UGC. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal entre 16,58% a.a. (pre-tax) a 17,65% a.a. (pre-tax). • **Perpetuidade** - a taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções foi de 5%. O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia e suas controladas, realizados anualmente, resultou na necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras, no valor de R\$15.102 visto que o valor recuperável estimado da unidade geradora de caixa Inovamind e Mobile2you foi inferior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023 e foi registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". Em 31 de dezembro de 2024 não houve a necessidade de constituição de provisão para perda.

13. Obrigações sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	3.912	3.933	5.306	4.712
Férias a pagar	11.707	9.880	14.161	11.250
Participação nos resultados e bônus	-	880	2.122	880
IRRF a recolher	3.460	3.566	4.020	3.789
Outros	283	545	333	551
Total	19.362	18.804	25.942	21.182
Obrigações sociais				
FGTS a pagar	928	826	1.161	956
INSS a pagar	1.496	898	1.735	1.280
Total	2.424	1.724	2.896	2.236
Total	21.786	20.528	28.838	23.418

14. Obrigações fiscais: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos de obrigações fiscais são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CPRB a recolher	1.108	776	1.378	840
ISS a recolher	693	471	857	570
PIS e COFINS a recolher	2.185	1.460	2.337	1.503
IRPJ e CSLL a recolher	383	-	1.283	642
IR e CSLL retido fonte	71	62	88	68
Outros tributos	305	9	305	11
Total	4.745	2.778	6.248	3.634

15. Arrendamentos: As operações de arrendamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Encargos financeiros anuais	2024	2023	2024	2023	
Arrendamento mercantil	(i)	1.982	1.601	1.994	1.601
Total	1.982	1.601	1.994	1.601	
Passivo circulante	888	478	900	478	
Passivo não circulante	1.094	1.123	1.094	1.123	

(i) A taxa de juros nominal média ponderada para os arrendamentos de direito de uso de imóveis é de 10,09%. Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2025	-	518	-	518
2026	938	519	938	519
2027	156	86	156	86
Passivo não circulante	1.094	1.123	1.094	1.123

Abaixo, demonstramos a movimentação dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	1.601	2.056	1.601	2.106
Adição de arrendamento de direito de uso	1.266	-	1.266	-
Aquisição de controladas	-	-	651	-
Juros incorridos	83	93	70	93
Baixa de arrendamento por direito de uso	-	-	(117)	-
Amortização de juros	(83)	(93)	(100)	(93)
Amortização de principal	(885)	(455)	(1.377)	(505)
Saldo final	1.982	1.601	1.994	1.601

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

A seguir apresentamos as obrigações brutas de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Menos de um ano	968	548	968	548
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.129	1.187	1.129	1.187
Mais de cinco anos	-	-	-	-
Total	2.097	1.735	2.097	1.735
Encargos de financiamento futuro sobre arrendamentos	(115)	(134)	(103)	(134)
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil	1.982	1.601	1.994	1.601
Passivo circulante	888	478	900	478
Passivo não circulante	1.094	1.123	1.094	1.123

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pagamento contingente	23.300	16.297	39.597	-
Outros valores a pagar	19.060	19.060	15.186	17.567
Total	42.360	35.357	54.783	17.567
Credit Core	-	-	-	-
Quiver	23.300	16.297	39.597	-
Inovamind Tech	-	2.314	2.314	-
RBM Web	-	2.437	2.437	-
Mobile2you	-	9.947	9.947	-
Total	23.300	50.055	73.355	23.161
Passivo circulante	10.028	257	10.285	23.161
Passivo não circulante	13.272	49.798	63.070	-

O valor justo dos pagamentos contingentes apresentou um aumento de R\$1.173 ao longo do ano, decorrente da análise de performance das adquiridas em relação ao plano de negócio inicialmente elaborado. O valor justo dos pagamentos contingentes foi registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Ano		
2025	16.164	-
2026	7.920	2.282
2027	38.986	20.898
Passivo não circulante	63.070	23.180

Abaixo apresentamos os valores retos de obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os quais são atualizados pelo CDI (vide nota 6) até o cronograma de liberação ou sua compensação conforme definido em contrato:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Garantias de investimentos circulante	514	291
Garantias de investimentos não circulante	30.915	14.373
Total	31.429	14.664

17. Contingências: 17.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais - A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em determinadas ações judiciais trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia e de suas controladas. O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	752	-	947	-
Total	752	-	947	-

a) Movimentação das provisões - A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

	Controladora		Total	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	-
(+) Complemento de provisões	921	-	921	-
(+) Atualização (reversão) monetária	7	7	7	7
(-) Baixa por pagamento	(176)	(176)	(176)	(176)
Saldos em 31/12/2024	752	-	752	-
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	-
(+) Complemento de provisões	921	-	921	-
(+) Atualização (reversão) monetária	7	7	7	7
(-) Baixa por pagamento	(261)	(261)	(261)	(261)
(+) Combinação de negócios	280	280	280	280
Saldos em 31/12/2024	947	947	947	947

As provisões refletem a melhor estimativa corrente da Administração e sua revisão contínua é fruto do monitoramento e controle de riscos da Dimensa. As provisões estão baseadas em análises atualizadas dos seus assessores legais externos, validadas pelo jurídico da Companhia e suas controladas, e experiência adquirida quanto ao histórico de desfecho dos processos judiciais nos quais a Companhia e suas controladas figuram como parte no polo passivo. **b) Depósitos judiciais** - Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante:

	Controladora		Total	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	-
(+) Adição em Garantias	22	22	22	22
Saldos em 31/12/2024	22	22	22	22

17.2. Passivos Contingentes - A Companhia e suas controladas são parte de ações cujo risco de perda, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, validada pelo jurídico interno e a Administração da Companhia, é classificado como possível, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Natureza	3.460	-
Trabalhistas	3.460	-

EMBRAMACO - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A.

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores Expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)					Demonstração do Resultado					Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto					
		Consolidado			Controladora					Consolidado			Controladora		
	Nota	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	Nota	2024	2023	2024	2023	
Ativo Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	4	357.222	271.810	356.677	268.803	Emprestimos e financiamentos	12	13.612	20.099	13.612	20.099				
Contas a receber de clientes	5	304.674	280.787	304.674	280.787	Fornecedores	13	47.156	52.139	42.460	52.104				
Estoques	6	256.615	273.131	237.635	262.986	Adiantamentos de clientes	14	3.926	2.433	2.725	2.433				
Trabalos a recuperar	8	9.038	8.288	8.288	8.288	Despesas com vendas	14	17.726	10.287	17.726	10.287				
Adiantamentos diversos	8	5.289	7.813	5.025	7.481	Imposto de renda e contribuição social	15	1.410	16.032	1.343	15.924				
Outros ativos	4	4.370	2.699	4.365	2.696	Obrigações sociais e trabalhistas	16	24.340	21.817	23.556	21.272				
Total do ativo circulante		937.237	844.508	916.772	831.031	Comissões a pagar	17	26.451	21.961	26.456	21.961				
Não Circulante						Outros passivos	17	4.365	3.234	2.548	3.234				
Trabalos a recuperar	7	5.372	8.605	5.372	8.605	Total do passivo circulante		137.395	155.451	128.763	154.692				
Depósitos judiciais	9	9.823	7.724	9.823	7.724	Emprestimos e financiamentos	12	5.424	15.769	5.424	15.769				
Outros ativos	9	210	209	210	210	Tributos a pagar	14	12.736	12.860	12.736	12.860				
Total do realizável a longo prazo		15.405	16.538	15.405	16.539	Imposto de renda e contribuição social diferido	15.1	62.395	62.214	63.995	62.214				
Investimentos	10	-	-	-	-	Provisão para demandas judiciais	18	3.800	1.461	3.800	1.460				
Imobilizado	11	543.914	572.783	536.307	567.315	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	22.ii	91.734	68.290	91.734	68.290				
Intangível						Total do passivo não circulante		177.017	162.456	177.017	162.455				
						Patrimônio líquido									
						Reservas de lucros	23	798.168	798.168	798.168	798.168				
						Reservas de lucros	23.2	324.213	258.011	324.213	258.011				
						Ajustes de avaliação patrimonial	23.4	72.682	74.565	72.682	74.565				
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		1.195.063	1.130.744	1.195.063	1.130.744				
						Participação dos controladores		1.195.063	1.130.744	1.195.063	1.130.744				
						Total do patrimônio líquido		1.509.478	1.448.852	1.509.478	1.448.852				
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.509.478	1.448.852	1.509.478	1.448.852				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					Demonstrações de resultados abrangentes									
		Atribuível aos acionistas controladores			Participação de não controladores		Total do patrimônio líquido				Controladora			
	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Em 01 de janeiro de 2023		392.370	65.514	670.533	78.288	1.147.905	1.147.905	1.147.905	1.147.905	1.147.905	1.147.905	1.147.905	1.147.905	1.147.905
Integração de reserva de lucros (i)	22.1	452.398	(66.514)	(121.000)	-	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)
Distribuição de lucros referente anos anteriores	23.1	-	-	(121.000)	-	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)	(121.000)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	23.4	-	-	3.722	(3.722)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	172.520	-	172.520	172.520	172.520	172.520	172.520	172.520	172.520	172.520	172.520
Reserva legal		-	8.626	(8.626)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas do lucro do exercício:														
Juros Sobre Capital Próprio	23.2	-	-	(68.842)	-	(68.842)	(68.842)	(68.842)	(68.842)	(68.842)	(68.842)	(68.842)	(68.842)	(68.842)
Participação não controladores														
Em 31 de dezembro de 2023		798.168	8.626	249.384	74.565	1.130.744	1.130.744	1.130.744	1.130.744	1.130.744	1.130.744	1.130.744	1.130.744	1.130.744
Resultado do exercício		-	-	134.816	-	134.816	134.816	134.816	134.816	134.816	134.816	134.816	134.816	134.816
Reserva legal		-	6.741	(6.741)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	23.4	-	-	1.884	(1.884)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas do lucro do exercício:														
Dividendos mínimos obrigatórios	23.3	-	-	(32.019)	-	(32.019)	(32.019)	(32.019)	(32.019)	(32.019)	(32.019)	(32.019)	(32.019)	(32.019)
Juros sobre capital próprio	23.3	-	-	(38.478)	-	(38.478)	(38.478)	(38.478)	(38.478)	(38.478)	(38.478)	(38.478)	(38.478)	(38.478)
Participação não controladores														
Em 31 de dezembro de 2024		798.168	15.367	308.846	72.681	1.195.063	1.195.063	1.195.063	1.195.063	1.195.063	1.195.063	1.195.063	1.195.063	1.195.063

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A EMBRAMACO - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. ("EMBRAMACO" ou "Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Conde Guilherme Prates, nº 382, na cidade de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo, com atuação no mercado há mais de 50 anos. Tem como principal objetivo social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos em geral como pisos, porcelanatos, polidos e esmaltados. A Companhia tem participação de 99,98% e controle sobre a Tute Mineração Ltda., que é responsável pelo fornecimento de matéria-prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos. As demonstrações financeiras do Grupo abrangem a EMBRAMACO e sua controlada Tute Mineração Ltda., que conjuntamente são referidas como "Grupo".

2. Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1 Declaração de conformidade: As informações contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 3. Todas as informações contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com elas, sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Uso de estimativas: Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações contábeis incluem premissas e estimativas que são inerentemente incertas. No período de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5 - Provisão para perdas por valor recuperável do contas a receber; principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do contas a receber; Nota explicativa 6 - Provisão para perdas nos estoques; principais premissas na determinação da realização e do custo histórico dos estoques; • Nota explicativa 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A mensuração de valor justo de um ativo ou passivo, diretamente (preços observáveis de mercado, tanto quanto possível). Os valores e preços observáveis em diferentes níveis em uma hierarquia baseada na informação (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços observáveis de mercado, tanto quanto possível). • Nível 3: inputs, exceto os preços cotados não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota 2.3.1 Base de mensuração. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico dos ativos e passivos mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

3. Políticas contábeis materiais: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a. Bases de consolidação - (i) Controlada: Tute Mineração Ltda. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. (iii) Perda de controle: Quando a entidade perde o controle sobre uma entidade, o Grupo reconhece a participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. (iv) Transações eliminadas na consolidação: Ganhos, perdas, receitas e despesas de transações eliminadas são canceladas e as perdas de transações em moeda estrangeira não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos. Mudanças na extensão em que o balanço não havia evidência de perda por redução ao valor recuperável. A seguir é apresentada a base de consolidação para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

		% de Participação		
	31/12/2024	31/12/2023		
Investimentos	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tute Mineração Ltda. (controlada)	99,98%	99,98%		

b. Moeda estrangeira - (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários são mensurados com base na taxa de câmbio na data de aquisição e os não monetários são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As demonstrações financeiras em moeda estrangeira são apresentadas com base no custo histórico. c. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o pagamento correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do benefício esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou consuetudinária de pagar uma função de trabalho prevista no futuro. O custo do benefício é a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. d. Recitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras e despesas financeiras do Grupo compreendem em: variações cambiais ativas e passivas, descontos obtidos e concedidos, rendimentos sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. e. Tributos - (i) Tributos sobre vendas: O imposto de renda e o imposto de renda sobre o lucro líquido são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos. (ii) Tributos sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas diferenças temporárias dedutíveis no período de apuração e o balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Imposto de renda e contribuição social diferido: O balanço excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os mesmos estiverem disponíveis para pagamento ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

19 Recetta: A reconciliação da receita bruta para receita líquida de vendas, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de vendas				
Vendas mercado interno	1.143.100	1.213.305	1.141.005	1.210.904
Exportações diretas	31.415	29.575	31.415	29.575
Exportações indiretas	11.402	11.599	11.402	11.599
Revenção de mercadorias	6.338	1.635	6.338	1.635
Deduções de vendas	1.192.255	1.256.114	1.190.160	1.253.713
(-) Tributos sobre vendas	(217.199)	(228.839)	(215.104)	(226.438)
(-) Descontos comerciais	(4.089)	(6.884)	(4.099)	(6.884)
(-) Descontos comerciais	(12.293)	(10.242)	(12.293)	(10.242)
(-) Descontos comerciais	(233.591)	(245.965)	(231.496)	(243.564)
Receita líquida de vendas	958.664	1.010.149	958.664	1.010.149

A receita líquida de vendas é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas				
Vendas mercado interno	911.056	967.389	911.056	967.389
Exportações diretas	31.415	29.575	31.415	29.575
Exportações indiretas	11.402	11.599	11.402	11.599
Revenção de mercadorias	6.338	1.635	6.338	1.635
Receita líquida de vendas	958.664	1.010.149	958.664	1.010.149

20 Custo dos produtos vendidos e despesas, por natureza: Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas são demonstrados da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Custo das vendas	(669.533)	(661.338)	(669.338)	(663.514)
Despesas com vendas	(85.420)	(77.163)	(85.420)	(77.163)
Despesas gerais e administrativas	(60.206)	(58.182)	(59.949)	(57.774)
Despesas com vendas e administrativas	(145.626)	(135.345)	(145.369)	(134.937)

Abertura dos custos e das despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Custos diretos de produção (matéria prima e insumos)	449.855	427.312	455.707	433.444
Salários encargos e benefícios de empregados	162.017	160.834	157.911	158.026
Mão de obra e serviços de terceiros	19.666	20.324	18.552	19.371
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	36.886	46.240	36.858	46.110
Amortização e depreciação	52.726	52.485	52.672	52.441
Outras despesas comerciais	11.809	8.473	11.609	8.473
Comissão sobre vendas	49.304	54.039	49.304	54.039
Despesas com marketing e publicidade	12.013	9.189	12.013	9.189
Despesas com transportes das mercadorias vendidas	1.628	1.944	1.628	1.944
Outras despesas administrativas	19.456	16.042	19.111	15.714
Custos indiretos de produção	815.159	798.818	814.727	798.763
Custos totais de produção	1.464.994	1.426.130	1.470.034	1.432.277

21 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Recitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	29.222	23.532	29.207	23.500
Ganhos com variações monetárias	816	2.008	815	2.008
Descontos comerciais	250	205	250	204
Outras receitas financeiras	30.802	26.027	30.786	25.994
Despesas financeiras	(881)	(1.236)	(881)	(1.236)
Encargos financeiros	(1.979)	(3.323)	(1.959)	(3.316)
Outras despesas financeiras	(2.860)	(4.559)	(2.840)	(4.552)

Variação cambial, líquida

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Clientes	7.279	(1.449)	7.279	(1.449)
Fornecedores	(293)	(12)	(293)	(12)
Emprestimos e financiamentos	(4.589)	2.413	(4.589)	2.413
Resultado financeiro líquido	30.539	22.420	30.343	22.394

22 Partes relacionadas - (i) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 4,19% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2024 (3,96% em 31 de dezembro de 2023). No grupo, a remuneração destes é complementada com o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos.

(ii) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	68.290	180.230	68.290	180.230
Dividendos destinados no ano referente aos anteriores (i)	11.800	121.000	11.800	121.000
Juros sobre capital próprio destinados no ano, líquido de IRRF	59.922	58.515	59.922	58.515
Emissões de novas ações	—	—	—	—
Pagamentos efetuados no ano	(36.478)	(291.455)	(36.478)	(291.455)
Saldo em 31 de dezembro	91.734	68.290	91.734	68.290

(i) No exercício de 2024 não houve distribuição de lucros de anos anteriores através de dividendos. Em 2 de maio de 2024 o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de dividendos em dinheiro no valor nominal de R\$ 1,00 cada ação. 23.2 Reserva de lucros: A reserva de lucro é composta pela reserva legal e reserva de lucro a destinar. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente por meio da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva legal somava R\$ 6.626 e em 31 de dezembro de 2024, após contabilização da destinação de 5% do lucro líquido do exercício de R\$ 6.741, totalizou R\$ 15.367. Reserva de lucros:

	Controladora	
	2024	2023
Balanco Patrimonial		
Fornecedores (nota 13)	398	112
Resultado		
Custos dos produtos vendidos	7.879	9.000

23 Patrimônio líquido - 23.1 Capital Social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresenta um patrimônio líquido de R\$ 798.169 totalmente integralizado, que está dividido em ações ordinárias e ações preferenciais no valor nominal de R\$ 1,00 cada ação. 23.2 Reserva de lucros: A reserva de lucro é composta pela reserva legal e reserva de lucro a destinar. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente por meio da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva legal somava R\$ 6.626 e em 31 de dezembro de 2024, após contabilização da destinação de 5% do lucro líquido do exercício de R\$ 6.741, totalizou R\$ 15.367. Reserva de lucros:

Aos Acionistas e Administradores da Embracomp - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. Santa Gertrudes - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Embracomp - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, compreendendo as seguintes informações: a) informações sobre a estrutura societária e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas a exemplo referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Embracomp - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controladora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente-

A reserva de lucro a destinar no montante de R\$ 308.846 tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada e destinada na Assembleia Geral Ordinária.

23.3 Distribuição de lucros

	2024		2023	
	Valor	Contábil	Valor	Contábil
Lucro líquido	134.816	(6.741)	172.520	(8.926)
(-) Reserva legal	(6.741)	(6.741)	(8.926)	(8.926)
Base de Cálculo	128.075	(13.482)	163.594	(17.852)
Empresas e equipamentos	32.018	32.018	32.018	32.018
Constituição de juros sobre capital próprio complementar	27.903	27.903	17.542	17.542
Total	59.922	(59.922)	58.515	(58.515)

(-) Destinação de juros sobre capital próprio, líquido de tributos

(-) Dividendos adicionais propostos

O saldo de juros sobre capital próprio está líquido de R\$ 10.575 referente 15% de imposto retido na fonte para o exercício de 2024 (R\$ 10.326 em 31 de dezembro de 2023). 23.4 Ajustes de avaliação patrimonial: Corresponde a custo atribuído do ativo imobilizado em razão da adoção inicial das normas contábeis brasileiras e inclui terrenos, construções, edificações, veículos, máquinas e equipamentos suportados por laudo de preparado por empresa avaliadora independente. Subsequentemente, na medida em que os ativos são depreciados é reconhecida uma despesa no resultado do exercício e simultaneamente são transferidas da conta de ajustes de avaliação patrimonial para a conta de lucros acumulados. O saldo de ajuste da avaliação patrimonial está líquido dos tributos fiscais diferidos.

Realização do ajuste de avaliação patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º de janeiro de 2023	78.288	(2.783)	78.288	(2.783)
Máquinas e equipamentos	(2.783)	—	(2.783)	—
Veículos industriais	(3)	—	(3)	—
Edificações e infraestrutura	(2.766)	—	(2.766)	—
Tributos diferidos	1.918	—	1.918	—
Em 31 de dezembro de 2023	74.565	(89)	74.565	(89)
Máquinas e equipamentos	(89)	—	(89)	—
Edificações e infraestrutura	(2.765)	—	(2.765)	—
Tributos diferidos	2.700	—	2.700	—
Em 31 de dezembro de 2024	72.882	(2.783)	72.882	(2.783)

24 Instrumentos financeiros: A Administração do Grupo monitora o mercado, crédito e riscos de liquidez. Todas as atividades com instrumentos financeiros para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidade, experiência e supervisão adequada. 24.1 Determinação do valor justo: A Administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros aplicados aos valores justos, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	Contábil	Valor	Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	357.222	357.222	271.810	271.810
Contas a receber de clientes	304.674	304.674	280.787	280.787
Adiantamentos de fornecedores	5.289	5.289	7.813	5.025
Outros ativos e financiamentos	4.580	4.580	2.908	4.575
Fornecedores	(19.036)	(19.036)	(35.868)	(35.868)
Outros passivos	(47.156)	(47.156)	(52.139)	(42.480)
Total	601.012	601.012	471.868	471.868

24.2 Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Hierarquia de valor justo

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Aplicações financeiras	—	344.760	—
Passivos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Emprestimos e financiamentos	—	(19.036)	—
Total		325.724	325.724

31 de dezembro de 2024

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Aplicações financeiras	—	247.041	—
Passivos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Emprestimos e financiamentos	—	(35.868)	—
Total		211.173	211.173

31 de dezembro de 2023

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Aplicações financeiras	—	244.032	—
Passivos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Emprestimos e financiamentos	—	(35.868)	—
Total		208.164	208.164

31 de dezembro de 2023

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Aplicações financeiras	—	244.032	—
Passivos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado			
Emprestimos e financiamentos	—	(35.868)	—
Total		208.164	208.164

Críticas e premissas utilizadas no cálculo do valor justo: Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos do Grupo foram apurados conforme descrito abaixo. O Grupo não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de inputs); • Nível 3 - Premissas, para um ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo não possui instrumentos financeiros de nível 1 e 3. O valor justo foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar as estimativas apresentadas.

25 Gestão de risco financeiro - 25.1 Fatores de risco financeiro - 25.1.1 Risco cambial: A Companhia e sua controladora estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais de exportação, importação de matérias-primas, insumos e equipamentos.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

mente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuação operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controladora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossas responsabilidades são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, nos, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos con-

Moeda Estrangeira

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Numerários em trânsito - moeda estrangeira	3	39	3	39
Contas a receber de clientes - mercado externo	5.881	10.686	5.881	10.686
Contas a receber de fornecedores - moeda estrangeira	9.160	7.476	9.160	7.476
Fornecedores - mercado externo	(2.532)	(1.988)	(2.532)	(1.988)
Adiantamento de clientes - moeda estrangeira	(394)	(465)	(394)	(465)
Emprestimos e financiamentos - moeda estrangeira	(19.036)	(35.868)	(19.036)	(35.868)
Contas a receber (a pagar) em moeda estrangeira, líquido	(6.068)	(17.128)	(6.068)	(17.128)

Análise de sensibilidade: O Grupo possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2024 para os quais, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa divulgada pelo relatório de projeções (cotações e boletins) do Banco Central. A taxa provável foi então agravada em 25%, 50%, -25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remota, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Exposição Líquida

	Consolidado		Desvalorização da moeda	
	2024	2023	+25%	+50%
31 de dezembro de 2024				
(Pagar) Receber				
Dólar	6,19	7,74	9,29	4,64
Real	—	—	—	—
Moeda: Dólar	6,19	7,74	9,29	4,64
Moeda: Real	—	—	—	—
Numerários em Trânsito - Moeda Estrangeira	623	3.857	965	1.929
Contas a receber de clientes - mercado externo	1.480	9.160	2.280	4.581
Adiantamento a fornecedores - moeda estrangeira	137	850	213	425
Fornecedores - mercado externo	(6)	(38)	(9)	(18)
Adiantamento de clientes - moeda estrangeira	(64)	(394)	(98)	(197)
Exposição Líquida	2.171	13.438	3.362	6.722

31 de dezembro de 2023

	Consolidado		Desvalorização da moeda	
	2023	2022	+25%	+50%
31 de dezembro de 2023				
(Pagar) Receber				
Dólar	4,84	6,05	7,26	3,63
Real	—	—	—	—
Moeda: Dólar	4,84	6,05	7,26	3,63
Moeda: Real	—	—	—	—
Numerários em Trânsito - Moeda Estrangeira	2.208	10.686	2.672	5.343
Contas a receber de clientes - mercado externo	1.544	7.476	2.300	3.738
Adiantamento a fornecedores - moeda estrangeira	264	1.280	320	640
Adiantamento de clientes - moeda estrangeira	(96)	(465)	(116)	(232)
Exposição Líquida	3.921	18.981	4.745	9.490

31 de dezembro de 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1040608-08/2024.8.26.0002. (O) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Priscilla Miwa Kumode, na forma da Lei, e/ou: **FAZ SABER** a Klí Administração e Participações Ltda, CNPJ 19.057.289/0001-37 na pessoa de seu representante legal, que o Condomínio Colina das Pedras ajudou ação de execução de título extrajudicial para cobrança de R\$ 46.926,12 (quarenta e seis mil e noventa e dois reais) em favor do autor, bem como a execução de título extrajudicial denominada "Quantal 02", integrante do condomínio autor, bem como a execução do presente processo, custos, honorários e despesas, com juros. Estando a execução em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a flur após os 20 dias supra, pague o "quantum" reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fixa reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a flur após o prazo supra, para que ofereça embargos, facultando à executada nesse prazo, reconhecendo o crédito do executado e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mas custos e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo exequente (Art. 344 do NCCP). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de abril de 2025. N - 25 e 26

Edital de Citação - Prazo 20 dias Processo 1038111-67.2022.8.26.0001. A Dra. Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível? Foro Regional I? Santana. Faz Saber a Auto Posto Vip 2 Ltda, CNPJ 12.026.630/0001-14, na pessoa de seu representante legal, que Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda, atual denominação social de CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento Ltda, ajudou ação de Ação Monetária, objetivando o recebimento do valor de R\$ 6.685,65 (11/2022), acrescidos de juros e correção monetária; referente ao débito das faturas nºs 2298271974, no valor de R\$ 6.685,65, respectivamente, oriundas do Contrato Termo de Adesão, para prestação de serviço de passagem e cobrança em pedágio. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a flur após os 20 dias supra, pague o valor supra, devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCCP), que a tornará isenta das custas ou embargo, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCCP). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** São Paulo, 31/03/2025. N - 25 e 26

Fertimport S.A.

C.N.P.J 53.004.313/0001-84
Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixa e/ou notas explicativas, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Permanecemos à disposição de V. Sãs., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Santos (SP), 26 de abril de 2025.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	25.104	17.764	Fornecedores	3.188	4.135
Contas a receber de clientes	8.839	9.727	Passivos de operações de arrendamento	198	165
Impostos a recuperar	833	844	Transação com partes relacionadas	4.614	5.902
Transação com partes relacionadas	739	21.390	Obrigações sociais e tributárias	2.132	2.307
Outras contas a receber	2.313	3.432	Impostos a recolher	117	565
Total do Ativo Circulante	37.828	53.157	Adiantamento de clientes	2.935	2.621
Não Circulante			Total do Passivo Circulante	13.184	15.695
Impostos diferidos	11.109	12.626	Não Circulante		
Outras contas a receber	-	53	Passivos de operações de arrendamento	160	314
Transação com partes relacionadas	15.513	-	Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários	42.405	16.255
Investimentos em controladas e coligadas	285.908	164.233	Provisão para benefícios pós emprego	10.738	8.476
Depósitos judiciais	32.525	-	Total do Passivo Não Circulante	53.303	25.045
Imobilizado	313	385	Patrimônio Líquido		
Intangível	3	3	Capital social	15.942	15.942
Direito de uso	317	468	Reserva de capital	941	941
Total do Ativo Não Circulante	345.688	177.768	Reserva legal	3.188	3.188
Total do Ativo	383.515	230.925	Reserva de lucros	323.645	370.454
			Outros resultados abrangentes	(26.688)	(200.340)
			Total do Patrimônio Líquido	317.028	190.185
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	383.515	230.925

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	15.942	941	3.188	235.291	135.163	(47.569)	207.793
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	135.163	-	135.163
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	-	-	-	-	-	(610)	(610)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(152.160)	(152.160)
Retenção de lucros	-	-	-	135.163	(135.163)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	15.942	941	3.188	370.454	(46.809)	(46.809)	190.185
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(46.809)	-	(46.809)
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	-	-	-	-	-	1.875	1.875
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(46.809)	-	(46.809)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	46.809	-	46.809
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	15.942	941	3.188	323.645	(26.688)	(317.028)	317.028

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2024	2023	2024	2023	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(46.809)	135.163	Provisão para benefícios pós-emprego	(1.752)	(969)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6.454)	930
Partes relacionadas	(2.067)	1.399	Adiantamento de clientes	314	728
Depreciação e amortização	327	197	Outras contas a pagar	-	-
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	47	21	Caixa gerada pelas operações	1.598	13.591
Despesas de juros sobre operações de arrendamento	47	21	Pagamento de juros sobre operação de arrendamento	(47)	(21)
Resultado de equivalência patrimonial	50.131	(132.070)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.193)	(1.577)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	1.314	1.166	Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	358	11.993
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito especial	(776)	481	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(168)	(64)
Provisão para benefícios pós-emprego	6.812	768	Redução de aplicações financeiras:		
Provisão para Participação nos Resultados	870	1.049	Empréstimos concedidos - partes relacionadas	(7.200)	(20.858)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	588	1.600	Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	14.406	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:	12.504	8.375	Aquisição de imobilizado e intangível	(56)	(80)
Contas a receber de clientes	1.664	(3.495)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.150)	(20.938)
Impostos a recuperar	(2.067)	1.399	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	11	975
Partes relacionadas	(2.067)	1.399	Contraprestação paga de arrendamento	(168)	(64)
Depósitos judiciais	(509)	-	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(168)	(64)
Dividendos	-	2.411	Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.340	(9.009)
Outros ativos	1.173	5.174	Caixa e Equivalentes de Caixa	11	975
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2022	15.942	941
Fornecedores	(947)	1.481	Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2023	15.942	941
Obrigações sociais e tributárias	(1.045)	(858)	Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2024	15.942	941
Impostos a recolher	(6)	25			
Partes relacionadas	(1.288)	(2.585)			

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
Receita Líquida de Vendas e Serviços	21.747	17.009
Custo dos serviços prestados	(10.183)	(7.900)
Lucro Bruto	11.564	9.109
Recargas (Despesas) Operacionais	(409)	(505)
Com vendas	(946)	(4.179)
Gerais e administrativas	(50.131)	132.070
Resultado de equivalência patrimonial	(8.089)	8
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(58.757)	127.394
(Prejuízo) Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	(47.193)	136.503
Resultado Financeiro, Líquido	(4.831)	3.403
Receitas financeiras	(2.540)	(2.391)
Despesas financeiras	(83)	(1.186)
Variação cambial, líquida	1.698	(174)
(Prejuízo) Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(45.495)	136.329
Imposto de renda e contribuição social corrente	(751)	(1.924)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(563)	758
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(46.809)	135.163

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: A Fertimport ou "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Santos, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante o agenciamento, planejamento, coordenação e acompanhamento de transporte de cargas modais, agenciamento de navios, bem como atividades correlatas à logística de comércio exterior, podendo participar de outras sociedades ou delas desvincular-se.

2a) Capital Social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no valor de R\$15.942, está representado por 228.571.429 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada como segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Valor	%
Bunge Alimentos S.A.	228.571.428	15.942	99,99%
Bunge Holdings B.V (NL)	1	-	0,01%
Total	228.571.429	15.942	100%

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia aplica 5% do seu lucro líquido anual para a reserva legal, até que atinja 20% do valor do capital social. A Companhia possui R\$3.188 a título de reserva legal em 2024 e 2023. 2b.2 - Retenção de Lucros: Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R\$323.645 (R\$ 370.453 em 2023), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembléia Geral Ordinária.

A Diretoria
Contador
Donisete Inacio Garcia Junior - CRC SP 315.228/O-0

Edital para conhecimento de Terceiros Interessados e rúas ausentes e desconhecidos. Processo 1006587-72.2024.8.26.0004. Isto posto, declaro a requerida Maria Aparecida de S., relativamente incapaz, na forma do art. 4º, III, do Código Civil, nomeando-lhe o curador Cassia de Souza L.S.G., considerando-se comprometida independentemente de assinar a carta de compromisso. A requerida deverá prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, quando solicitado. Em razão da parcial incapacidade, a requerida não pode praticar atos de vida registral e patrimonial, como fazer empréstimos, conciliar, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada. Comprovado que em decorrência do seu estado de saúde a requerida está de forma completa e irreversível impedida de expressar sua vontade, aplico a ele o regime previsto no art. 3º do Código Civil para os absolutamente incapazes, a fim de que seja não somente assistida para a prática de atos patrimoniais, mas sim representada pelo curador nomeado.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1023390-10.2022.8.26.0002 (O) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Augusto de Oliveira Baroni, na forma da Lei, e/ou: Faz saber a MSK Operações e Investimentos Ltda, CNPJ 23.206.780/0001-26, Glaudson Tadeu Rosa, CPF: 273.830.478-85 e Carlos Eduardo Delucas, CPF: 205.119.098-45, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Ana Cláudia Aragão Delage, requerendo RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATUAL com devolução de valores retidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO POR EDITAL para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que flur após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-á a verdade dos fatos alegados, os fatos articulados pela parte autora e, concomitantemente, haverá a designação de curador especial pela Defensoria Pública. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de fevereiro de 2025.

Globular Empreendimentos e Participações S.A.
Em Constituição
Resumo da Ata de Constituição de Sociedade por Ações
Dia 29/09/2022, às 18:00h, na Rua Antonio Alfonso, 68, Jacareí/SP, Mesa: Presidente: Sr. João Joaquim Domingos Lençoni; Secretário: Sr. Michel Berrueto Maia. Devido à presença da totalidade dos subscritores, não se fez necessária a convocação nos meios eletrônicos. O projeto do Estatuto Social aprovado por unanimidade, e assinado por todos os subscritores, foi declarado a constituição da **Globular Empreendimentos e Participações S.A.** Foi eleito por unanimidade o Diretor da sociedade o Sr. **João Joaquim Domingos Lençoni**, RG nº 33.524.105-0 SSP/SP e CPF/MF nº 220.461.188-39. A remuneração do Diretor será deliberada apenas quando as atividades da sociedade tomarem-se operacionais. O Conselho Fiscal, conforme estabelecido no Estatuto Social, só será constituído caso solicitado por acionistas representando o quórum mínimo de 10% do capital social. Nada mais a deliberar, a ata foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de setembro de 2022. JUCESP sob o NIRE nº F3530002158-1 em 18/09/2023. Maria Cristina Ferri - Secretária Geral. A íntegra da presente Ata e seus anexos, estão disponíveis na versão digital deste jornal.

UP.P HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44 NIRE 35.300.577.167
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecer a assembleia geral ordinária e extraordinária (AGOCF), a ser realizada, em primeira convocação, às 18h00min do dia 05 de maio de 2025, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, edifício F.L. Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, fora da sede da Companhia, em razão da ausência de espaço e capacidade física na sede para recepção dos acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) em sede de Assembleia Geral ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Deliberar sobre o orçamento de capital e a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (2) em sede de Assembleia Geral extraordinária: A consolidação do estatuto social da Companhia. Para participação na AGOCF, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos a ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 01 de abril de 2025. São Paulo, 25 de abril de 2025. Gabriel Campos Pêrgola, Roger Keiti Sasakazi e Luciano Valle - Diretores

SPAAL Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ/MF nº 46.270.518/0001-46 - NIRE nº 3520095462-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS
Na qualidade de administradores da **Spaal Indústria e Comércio Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 46.270.518/0001-46 ("Sociedade"), nos termos do disposto no Artigo 1.072 do Código Civil, convocamos os sócios da Sociedade para reunirem-se em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia 30/04/2025, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, por meio do link <https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting-MWxMjMkGHM2MSZSOjN1A1VWxMjYyYjQMDQ1N2Vhbi40H4thread-v2?context=%7b%221d%22%3a%226f11f45-0d8-4e36-926d-6eb7311606%22%20%22%3a%22a2ca688-c253-41da-95df-555db0c9806%22%7d> ("Reunião de Sócios").
Ordem do Dia: Deliberar, nos termos do Artigo 1.085 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil, a respeito da exclusão do sócio **Carla Regina Langer**, inscrita no CPF/MF nº 050.852.858-59, titular de 31,05% (trinta e um vírgula zero cinco por cento) do capital social da Sociedade, em razão da prática de atos considerados como falta grave no cumprimento de suas obrigações de sócio. **OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:** A convocação observa as disposições legais aplicáveis, especialmente os Artigos 1.072, §§ 1º e 2º, e 1.085 do Código Civil, e visa a garantir o regular exercício do direito de defesa por parte do sócio cuja exclusão será objeto da deliberação. A sócia sujeita ao procedimento de exclusão será regularmente identificada acerca da convocação e poderá, caso assim deseje, apresentar manifestação verbal ou escrita durante a Reunião de Sócios, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa. "A deliberação será tomada mediante aprovação da maioria do capital social, conforme exigido pelo Código Civil." É obrigatória a identificação prévia do participante, por meio da apresentação de nome completo e documento de identificação, a fim de garantir a validade dos registros e das deliberações tomadas em Reunião de Sócios. Caso qualquer sócio seja representado por procurador na Reunião de Sócios, tal procuração deverá ser apresentada à administração da Sociedade como, no menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para a referida reunião. São Paulo, 25/04/2025. Bruno de Almeida Langer - Administrador, Rafael Langer Ventura - Administrador

opecc@jornalodiasp.com.br
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista
CEP: 01332-030
www.jornalodiasp.com.br

CREDITCORP SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/ME 49.947.676/0001-86 - NIRE 35300611292

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2025.
1. **Data, Horário e Local:** Realizada em 21 de março de 2025, às 10hs horas, na sede da Creditcorp Securitizadora S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Fidêncio Ramos, n.º 100, 14º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior; e Secretário: Sr. Henrique Carvalho Silva. 3. **Convocação e Presença:** A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). 4. **Ordem do Dia:** (i) a realização da 10ª (décima) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirográfica em série única, para colocação privada, no valor total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, por meio de oferta privada de distribuição ("Operação"); (ii) a constituição, pela Companhia, de quaisquer garantias que seja exigida pela Companhia no âmbito da Operação, em favor dos Debenturistas, a fim de assegurar o integral e fiel cumprimento de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Operação ("Documentos da Operação"); e (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para implementar as medidas necessárias conforme as deliberações a serem tomadas com relação aos itens acima. 5. **Deliberações:** Foram aprovadas, pelo único acionista da Companhia, as seguintes deliberações: 5.1. Aprovar a 10ª (décima) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirográfica em série única, para colocação privada, com as seguintes características e condições principais, e que serão detalhadas e reguladas por meio da celebração da Escritura de Emissão de Debêntures, bem como a realização da Operação pela Companhia, mediante a celebração dos Documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos que se fizerem necessários: 5.1.1. Número da Emissão: A Emissão é a 10ª (décima) emissão de Debênture da Emitente; 5.1.2. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, sendo que: 5.1.3. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 50.000 (quarenta mil) de Debêntures, sendo: 5.1.4. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil e zero reais) na Data de Emissão; 5.1.5. Data de Emissão: A Emissão será para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Emissão"); 5.1.6. Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão serão destinados exclusivamente ao pagamento do preço de aquisição dos créditos a serem adquiridos pela Emissora, de tempos em tempos, conforme origemação. Conforme Cláusula 2.5 da Escritura de Emissão; 5.1.7. Colocação e Procedimento de Distribuição: A colocação das Debêntures será realizada de forma exclusivamente privada, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contará com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral, sendo expressamente vedada a negociação das Debêntures em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, ressalvada a possibilidade de negociação privada, na forma prevista na Cláusula 1.7 (b), 5.1.8. Garantia: Não serão constituídas garantias específicas pela Emissora em garantia do pagamento das Debêntures. 5.1.9. Atualização Monetária: As Debêntures não serão atualizadas monetariamente. O valor unitário também não será atualizado monetariamente. 5.1.10. Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível na página na internet <http://www.b3.com.br> ("Taxa DI"), desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento (exclusive); 5.1.11. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cauletas ou certificados. 5.1.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures: Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro de titularidade lançado junto a Depositária, bem como pelo respectivo Boletim de Subscrição das Debêntures celebrado entre a Emissora e os debenturistas que venham a subscrever as Debêntures no âmbito da Oferta Privada. 5.1.13. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de 1.095 (mil e noventa e cinco) dias contados da Data de Emissão, vencendo em 22 de abril de 2028. 5.1.14. Ordem de Pagamento: Fica estabelecido nesta Escritura, e portanto desde já autorizado, pela Emissora e pelo Debenturista, de forma expressa, irrevogável e ir-reatrável que, a partir da primeira Data da Integralização das Debêntures e até a Data de Vencimento, sempre preservada a manutenção da boa ordem das funções inerentes ao objeto social da Emissora e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Debenturista, os recursos disponíveis detidos pela Emissora relacionados à esta Emissão, incluindo, sem limitação, (i) os recursos obtidos por meio da Emissão; (ii) os recursos decorrentes do pagamento dos Créditos Securitizados; e (iii) os recursos de recebimentos e desinvestimentos referentes ao Investimentos Permitidos, sejam alocados de acordo com o seguinte ordem de alocação dos recursos ("Ordem de Alocação de Recursos"): (i) Pagamentos das Despesas Iniciais; (ii) Pagamentos das Despesas Iniciais; (iii) Pagamento de parcela(s) de Remuneração das Debêntures (e respectivos Encargos Moratórios)

Importados

GR Corolla esportivo com garantia de até 10 anos

A Toyota Gazoo Racing revoluciona o segmento de carros esportivos com a inédita garantia de até 10 anos para o GR Corolla, um diferencial exclusivo do Hot Hatch, que combina potência, tecnologia avançada e DNA de alta performance vindo do automobilismo. O modelo está disponível nas versões Core e Circuit por R\$ 416.990 e R\$ 461.990, respectivamente.

O programa Toyota 10 está disponível sem custo adicional ao proprietário e é válido para todas as unidades do modelo comercializadas desde 2023 – quando chegou ao Brasil. Esse benefício é ativado automaticamente ao serem realizadas revisões programadas na rede autorizada Toyota após o término do período inicial de 5 anos de garantia de fábrica.

Essa cobertura adicional é renovável a cada 12 meses ou 10 mil km e contempla peças de carroceria, sistema de arrefecimento, componentes elétricos e eletrônicos, motor, transmissão e freios até o limite máximo de 60 meses (totalizando 120 meses quando somados à garantia inicial) e 200 mil km para uso particular ou 100 mil km para uso comercial.

Criado para priorizar a esportividade, o GR Corolla tem 304 cv de potência e 37,7 kgfm de torque, além de câmbio manual de seis marchas, proporcionando acelerações

mais intensas e maior precisão para o condutor.

O motor 1.6 turbo de três cilindros traz recursos do automobilismo, como resfriamento de pistão por jato de óleo múltiplo, válvulas de escape de grande diâmetro e porta de admissão parcialmente usinada. Já a injeção direta D-4S opera em alta pressão para maximizar a dispersão do combustível.

Equipado com a sofisticada tração integral GR-Four, primeiro sistema esportivo de tração integral da Toyota em mais de 20 anos, em conjunto com o diferencial Torsen de deslizamento limitado (LSD).

Com visual exclusivo que evoca a essência esportiva da marca, o GR Corolla tem para-lamas dianteiros e traseiros 30 mm mais largos para comportar as bitolas maiores do Hot Hatch, essenciais para uma dirigibilidade mais divertida e emocionante. Por sua vez, a ampla grade frontal foi desenvolvida especialmente para melhorar a admissão de ar para o motor.

O sistema de exaustão com três saídas de escape reforça o apelo visual, enquanto o silenciador com válvula reduz a pressão dos gases, ajudando o motor a entregar acelerações impressionantes e a otimizar a curva de rotações do conjunto mecânico.

Todo o projeto foi pensado para máxima eficiência aerodinâmica e resfriamento



em qualquer situação, com tomadas de ar no para-choque, nos para-lamas e sobre o capô. Para completar o visual, o GR Corolla tem rodas forjadas BBS, um diferencial no segmento que garante maior rigidez e leveza, além de aumentar a resistência aos impactos

e reduzir o peso suspenso.

O GR Corolla tem alavanca de câmbio de curso curto para facilitar trocas rápidas, enquanto o freio de estacionamento manual garante mais controle em situações extremas. Outro exemplo desse cuidado é a ausência do apoio de braço central para proporcionar mais liberdade de movimento em manobras na pista.

O painel de instrumentos exclusivo tem inspiração nos carros de corrida e reflete as necessidades dos pilotos profissionais, com um display que reúne informações de pressão do turbo, posição de marcha e tacôme-

tro. Por sua vez, as pedaleiras cromadas e os bancos esportivos – com acabamento em camurça Brin Naub e couro sintético com costura vermelha – reforçam essa proposta.

Versões e equipamentos de série

Na versão Core, o GR Corolla traz bancos esportivos com acabamento em camurça Brin Naub e couro sintético com costura vermelha, volante com ajuste de altura de profundidade, direção eletroassistida progressiva (EPS), central multimídia de 7 polegadas com Apple CarPlay e Android Auto, pinças de freio na cor vermelha, rodas forjadas BBS e estepe temporário.

Além da configuração Circuit, o Hot Hatch recebe teto de fibra de carbono, que ajuda a reduzir o centro de gravidade, além de itens de comodidade como head-up display (HUD), alerta de ponto cego (BSM) e carregador por indução.

Todos os modelos GR Corolla vêm de série com o Toyota Safety Sense 3.0 (TSS 3.0), um conjunto de sistemas de comodidade e segurança possibilitado pelos sensores com capacidade de detecção avançada: Sistema de Pré-Colisão (PCS) com Detecção de Pedestres; Alerta de Saída de Faixa (LDA) com assistência à direção; Controle de Cruzeiro Dinâmico por Radar (DRCC); Assistência à Sinalização Rodoviária (RDA);

Além do sistema TSS 3.0, o GR Corolla pode contar com Monitor de Ponto Cego (BSM), projetado para ajudar a detectar e avisar quando veículos se aproximam ou se posicionam nas faixas adjacentes, e Alerta de Tráfego Cruzado Traseiro (RCTA) para emitir avisos sonoros e visuais a detectar a vinda de veículos de ambos os lados em manobras de marcha à ré.

Audi confirma a chegada do novo Audi A5



A Audi do Brasil confirma a chegada do novo Audi A5 ao mercado brasileiro em 2025. Apresentada globalmente no ano passado, 30 anos após o lançamento do primeiro Audi A4, a terceira geração do modelo chega para substituir o irmão mais “experiente” e estabelecer uma nova fase na história da marca das quatro argolas no segmento dos sedãs médios, combinando dinâmica de condução, conforto, segurança e tecnologia embarcada em uma proporção jamais antes vista. O modelo será comercializado na rede com mais de 40 concessionárias autorizadas da fabricante no território nacional.

Produzido na fábrica da marca em Neckarsulm, na Alemanha, o novo Audi A5 cresce em comprimento e largura, ampliando o seu nível de equipamentos de série. O modelo apresenta como destaque o visual esportivo, sua nova cabine e arquitetura eletrônica moderna. Além disso, é o primeiro modelo de série da fabricante a ser equipado com a inédita Plataforma Premium a Com-

bustão (PPC), que deve aprimorar ainda mais a dinâmica de condução.

O novo Audi A5 abraça a nova estética minimalista da marca das quatro argolas, introduzida no país com o Audi Q6 e-tron e caracterizada por linhas mais fluidas e orgânicas, com menos vincos marcantes e superfícies mais amplas e limpas. As proporções internas e externas cresceram, com uma ampla distância entre eixos, grandes rodas e carroceria baixa e larga, reforçando o visual esportivo e incorporando um balanço dinâmico progressivo e premium.

Os faróis dianteiros foram redesenhados e estão mais afilados, com recortes mais suaves na porção externa em direção à caixa de rodas e aos para-lamas. A tradicional grade singleframe também teve alterações sutis em suas proporções, ficando mais larga e estreita, com o miolo em padrão favo de mel tridimensional.

Vincos planejados percorrem o capô em direção ao para-brisa, em sintonia com

os vincos suaves que atravessam a lateral do veículo em direção à traseira, onde as lanternas são integradas por uma faixa abaixo do spoiler marcante. A geometria escultural é complementada pelas saídas de escapamento retangulares, trazendo maior imponência.

Combinando design e funcionalidade em uma simbiose perfeita, a tampa do portamalas abre em conjunto com a janela traseira, formando apenas um elemento integrado e tornando o acesso ao compartimento de bagagens mais fácil e intuitivo.

A família Audi A5 oferece luzes diurnas digitais com tecnologia LED na dianteira e traseiras. Os efeitos de iluminação dinâmicos ao destravar e sair do veículo, por sua vez, refletem a estética do movimento como parte do DNA de iluminação da Audi. A assinatura de luz digital ativa também realiza essa função, transmitindo uma nova sensação de vivacidade.

O visual da cabine do novo Audi A5 é baseado em quatro características. Primeiro, o interior tem um design centrado no ser humano, ou seja, é consistentemente voltado às necessidades dos usuários. O segundo recurso especial é o Digital Stage que se estabelece em uma visão clara do motorista e do passageiro dianteiro na forma dos displays do Audi MMI. A terceira característica do Audi A5 atende ao requisito de uma generosa sensação de espaço com um alto nível de conforto. O layout claro e a fácil operação oferecem uma visão geral em todas as situações para formar o quarto recurso: Visual Clarity. Somado a isso está a luz de interação dinâmica para dar suporte à interação do carro com os seus ocupantes.

O novo display panorâmico e curvo possui tecnologia OLED, que e aumenta no Audi A5 a interação com o veículo graças à nova arquitetura eletrônica. O Audi virtual cockpit é formado pela tela de 11,9 polegadas e pelo display touch MMI de 14,5 polegadas.

Motos

Nova linha Cruiser 2025 da Harley-Davidson



A Harley-Davidson acaba de revelar sua nova linha Cruiser 2025, trazendo uma combinação perfeita entre inovação, desempenho e estilo lendário. Agora, a família Cruiser conta com seis modelos distintos: Breakout™, Fat Boy™, Heritage Classic, Low Rider™ S, Low Rider™ ST e Street Bob™ (que volta a fazer parte do line-up), cada um com uma personalidade própria e equipado com o novo motor Milwaukee-Eight™ 117, configurado para oferecer uma experiência de pilotagem ainda mais marcante.

Os novos modelos da linha Cruiser foram projetados para atender desde os entusiastas do design clássico até aqueles que buscam um desempenho mais agressivo e esportivo. Com aprimoramentos na potência, segurança e conforto, a nova linha reflete o compromisso da Harley-Davidson em evoluir continuamente, sem perder sua essência e design icônico.

Agora, os modelos Cruiser 2025 são equipados com uma das três novas calibrações do motor Milwaukee-Eight™ 117, cada qual ajustada para entregar um desempenho único e otimizado para diferentes estilos de pilotagem:

Milwaukee-Eight™ 117 Classic (Street Bob™ e Breakout™) - Projetado para oferecer uma pilotagem suave e equilibrada, com uma curva de torque plana para um desempenho consistente e fácil de administrar nas ruas.

Milwaukee-Eight™ 117 Custom (Fat Boy™ e Heritage Classic) - Ajustado para fornecer 6% mais potência e 5% mais torque do que o motor Classic, a calibração Custom garante uma resposta mais ágil e uma aceleração mais vigorosa.

Milwaukee-Eight™ 117 H.O. (High Output) (Low Rider™ S e Low Rider™ ST) - Voltado para motociclistas que buscam alto desempenho, essa versão entrega uma faixa de RPM ampliada e um som de escape mais agressivo, ideal para quem deseja mais esportividade.

Toda a linha Cruiser 2025 também conta com tecnologias avançadas que garantem maior segurança e conforto para o piloto. O sistema de modos de pilotagem dinâmicos ajusta automaticamente a entrega de potência e a resposta do motor, permitindo que o

motociclista escolha a melhor configuração para cada situação. Os três modos disponíveis são:

Rain (Chuva) - Para pilotagem em superfícies molhadas, com resposta do acelerador mais suave e maior controle de tração.

Road (Estrada) - Configuração equilibrada para uso cotidiano, oferecendo uma resposta linear.

Sport (Esportivo) - Para uma pilotagem mais agressiva, com resposta mais rápida do acelerador e entrega de potência otimizada.

Os modelos também incluem sistemas de segurança aprimorados, como C-ABS (ABS otimizado para curvas), C-TCS (controle de tração otimizado para curvas) e C-DSCS (sistema de controle de derrapagem em torque para curvas), proporcionando estabilidade e segurança superiores ao inclinar a motocicleta. Além disso, todas as motocicletas já contam com controle de cruzeiro (Cruise Control), controle de tração (TCS), controle de derrapagem em torque (DSCS), sistema de monitoramento da pressão dos pneus (TPMS) e freios ABS, itens essenciais para uma experiência de pilotagem segura e confortável. Tais quesitos de segurança já eram presentes na família Touring e CVO e agora são implementados na linha Cruiser para melhoria da segurança do piloto.

Outro destaque é o redesenho do punho de instrumentos, que agora oferece melhor ergonomia e usabilidade das tecnologias, tornando o acesso às funções mais intuitivo e aprimorando a experiência do motociclista.

Estilo e conforto

Com um design atualizado, os modelos da linha Cruiser mantêm a identidade visual clássica da Harley-Davidson, mas com um toque moderno e agressivo. O chassi Softail™ foi otimizado para maior leveza, garantindo uma condução mais dinâmica e responsiva.

Para maior conforto, a nova suspensão traseira com tecnologia de emulsão oferece ajuste de pré-carga, permitindo uma pilotagem mais suave e adaptada ao peso transportado. Os assentos também foram redesenhados para proporcionar mais ergonomia e suporte em viagens longas.

Ford com melhores valor de revenda

O valor de revenda é um dos fatores importantes na escolha de um veículo, principalmente para o cliente comercial, pois além de ser um indicador prático do custo-benefício do produto, tem um impacto direto no resultado financeiro da empresa no momento da renovação da frota. Os clientes da Ford Ranger e da Ford Transit estão satisfeitos, pois foram os modelos que menos desvalorizaram no último ano dentro dos segmentos de picapes médias e de furgões comerciais.

O levantamento feito pela plataforma digital de compra e venda de veículos Mobiauto, em parceria com a Quatro Rodas, comparou o preço inicial de cada veículo zero km em janeiro de 2024 com o seu valor de revenda em janeiro de 2025. A média dos preços alcançados pelos carros nas negociações dos particulares com os lojistas no mercado serviu de base para o comparativo.

A Ford Ranger foi a picape média que apresentou melhor valor de revenda na pesquisa (desvalorização de 11%), um indicador claro do avanço na qualidade da sua nova geração. O prêmio foi para toda a linha, que inclui as versões XL, XLS, XLT e Limited, equipadas com os motores turbodiesel Panther 2.0 ou Lion V6 3.0.

No segmento de furgões comerciais, a Transit foi a campeã pelo terceiro ano consecutivo, com desvalorização de 15% – comparado a uma desvalorização média de 36% no segmento. A sua boa aceitação se deve à



versatilidade de oferecer duas capacidades de carga distintas – 10,7 m3 e 12,4 m3 – e também ao conteúdo embarcado, trazendo equipamentos como central multimídia de 12", câmera de ré e sistemas de auxílio à condução como piloto automático adaptativo, sensor de ponto cego e sistema de permanência em faixa, tecnologias importantes para a segurança e conforto dos motoristas profissionais.

No segmento de picapes grandes, a Ford F-150 também foi a campeã, com desvalorização de apenas 2%. A picape é um dos veículos mais vendidos do mundo e sua robustez, confiabilidade da marca e estabilidade de preços ajudam a manter sua boa avaliação no mercado. Outro modelo da Ford, o Bronco Sport, venceu ainda nos SUVs médios (com 9%), tornando a marca uma das líderes da pesquisa, com quatro prêmios.